



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

AS FAMÍLIAS FUNDADORAS DE ARACAJU
(1853 - 1870)

DÉBORA EVELIN SANTOS RODRIGUES

São Cristóvão
2018

Débora Evelin Santos Rodrigues

AS FAMÍLIAS FUNDADORAS DE ARACAJU
(1853 - 1870)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do Grau de licenciatura.

Orientadora: Prof.^a Msc. Maria Izabel Ladeira Silva

São Cristóvão
2018

Aos meus pais, familiares e ao meu
namorado e melhor amigo José Wilker,
tudo o que sou hoje devo muito a vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus professores e colegas por me ajudarem a desenvolver este trabalho, a Deus por me dar forças para enfrentar as dificuldades não somente do curso, mas também na pesquisa, quando muitas vezes pensei em desistir. Aos meus pais e familiares por sempre me apoiarem nas várias decisões que tive que tomar ao longo da jornada pela UFS.

Aos meus professores do curso e, em especial, a minha orientadora Professora Maria Izabel Ladeira, por concordar em embarcar nesse tema de pesquisa juntamente comigo, me auxiliando durante toda a trajetória. Ao professor Wanderlei Menezes, agradeço pelas aulas de paleografia do século XIX e pelas dicas sobre os documentos que utilizei nesta pesquisa e onde poderia encontrá-los. Aos professores Augusto da Silva, Edna Maria Matos Antonio, Carlos de Oliveira Malaquias e Antonio Lindvaldo Sousa, por me ajudarem a complementar as referências necessárias para um melhor desenvolvimento do tema. Ao professor Luis Fernando R. Soutelo, o qual tive o prazer de conhecer nas vezes em que pesquisei no IHGSE e debater sobre a viagem do imperador a terras aracajuanas; essas informações me ajudaram bastante a escrever o último capítulo deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa visa definir quais foram as primeiras famílias fundadoras assim que ocorreu a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, quem foram os indivíduos que ajudaram a moldar o desenvolvimento da nova capital sergipana, traçar um perfil sócio econômico dos moradores de Aracaju a partir de 1855 em diante, a linha historiográfica que seguiremos como ponto de partida para esta análise será a de História Social, tendo em vista que trabalharei sobre as famílias e Regional, por decorrência do município escolhido – Aracaju e consiste basicamente em quatro pontos chaves que achamos essenciais para o desenvolvimento do tema proposto. No primeiro capítulo, fazemos um apanhado geral sobre o que já foi estudado e pesquisado na historiografia sergipana dentro dos locais de saberes encontrados atualmente no estado de Sergipe, como a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

No segundo, colocamos em questão a função comportamental e social que era esperado das mulheres que viviam no século XIX, e destacamos que apesar de existir uma concepção pré-estabelecida do que é ser mulher no período Imperial brasileiro, haviam aquelas pertencentes a famílias menos abastadas que fugiam de certo aspecto ao padrão esperado da época. No capítulo seguinte, deixamos o papel feminino de lado e focamos nos profissionais que migraram para a nova cidade para ter um trabalho melhor e sustentarem suas famílias, casos fossem casados, e se fossem solteiros viam uma oportunidade para melhorarem de vida e conseguirem melhores empregos. E finalizamos com a visita do Imperador Dom Pedro II e sua comitiva real, cinco anos após a criação da nova cidade, pois foi a partir dessa ilustre chegada que Aracaju que o desenvolvimento passou a ser visto a passos largos nos quatro cantos da Capital.

Palavras-chave: História Social, História Regional/Local, Mudança da Capital, Famílias Fundadoras, Família/perfil socioeconômico.

Imagens

Imagem 1 – Decreto imperial de 08/07/1820

Imagem 2 - Mapa cartográfico de Aracajú em 1855

Imagem 3 – Notícia retirada do Jornal Correio Sergipense, Nº 32, Edição do dia 27/06/1855.

Imagem 4 - Notícia retirada do Jornal Correio Sergipense, Nº 28, Edição do dia 13/06/1855.

Imagem 5 – Decreto imperial de 15/10/1827

Imagem 6 – Quadro do provimento de professores referente a 1858 [documento oficial do governo Brotero, 7/03/1859]

Imagem 7 – Quadro dos Professores Jubilados referente a 1858 [documento oficial do governo Brotero, 7/03/1859)

Imagem 8 – Recenseamento da província de Sergipe 1870/72 [Paróquia de N. S. da Conceição de Aracaju], p. 2

Imagem 9 – Recenseamento da província de Sergipe 1870/72 [população da Paróquia de N. S. da Conceição de Aracaju], p. 2.

Imagem 10 – Recenseamento da província de Sergipe 1870/72 [população em relação as profissões da Paróquia de N. S. da Conceição de Aracaju], p. 3.

Imagem 11 – Mapa cartográfico dos Arruamento em 1865 em Aracaju

Quadros

A- Mapa estatístico dos Empregados da Secretaria do Governo (relatório provincial do governo do Drº Salvador Correia de Sá e Benevides - 1856).

B- Mapa estatístico da população livre e escrava da Subdelegacia da capital do Aracaju feito pelo subdelegado Antonio Pedro Machado de Araújo (relatório provincial do governo do Drº Salvador Correia de Sá e Benevides – 1856).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 REVISITANDO A HISTORIOGRAFIA SERGIPANA REFERENTE À MUDANÇA DA CAPITAL	9
2 A AUSÊNCIA DAS PERSONAGENS FEMININAS NA HISTÓRIA DA CAPITAL..	21
3 IMPORTÂNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS/ LIBERAIS E DAS FAMÍLIAS DE ELITE, QUE CONTRIBUÍRAM NA FASE INICIAL E NO DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO DE ARACAJU.....	30
4 1859/ 1860: ARACAJU RECEBE A VISITA ILUSTRE DAS SS. MM. E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

A ideia para pesquisar as famílias fundadoras de Aracaju me surgiu durante uma conversa com meus colegas de graduação do curso de licenciatura em História, da Universidade Federal de Sergipe. Como muitos deles são do interior do estado, estavam comentando sobre as famílias fundadoras dos seus respectivos municípios e isso acabou gerando em mim uma curiosidade enorme a respeito das famílias que fundaram a capital do estado onde nasci, cresci e vivo até hoje.

Com essa dúvida incutida na mente naquele momento, prossegui com os meus estudos, vez ou outra, em momentos aleatórios, este pensamento sempre me retornava à memória. Faltando pouco tempo (cerca de um ano e meio) para encerrar a carga horária necessária para concluir o curso superior em História, chegou o momento em que os discentes têm que apresentar um projeto de monografia ou artigo, para entregarmos ao final da graduação para obtenção do diploma do nível superior.

A partir desse momento, aquela dúvida que tanto persistia na minha mente tornou-se o tema desta pesquisa orientada pela professora Maria Izabel Ladeira Silva. O objetivo dessa pesquisa é definir quais foram as famílias fundadoras, assim que ocorreu a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, e quais ou quem foram as pessoas que ajudaram a moldar a consolidação da nova capital sergipana.

Propomos nesta pesquisa desenvolver um estudo sobre quais foram às famílias que vieram viver em Aracaju, durante os anos de 1853 a 1870. A definição do ano de 1853 como ponto de partida do nosso estudo deve-se ao fato de ter sido nesse período, julgo, o início do debate em torno do projeto de mudança da capital da província de Sergipe Del Rey. Alguns estudiosos afirmam que a ideia da mudança foi do Presidente Inácio Joaquim Barbosa, já outros escritores, como Felisbelo Freire, contrapõem essa tese e dizem que ele somente teria sido o “realizador”.

Segundo José Calazans na obra intitulada **Aracaju e outros temas sergipano**:

Outro aspecto que não se deve ser esquecido no estudo da “mudança”, é o da localização das cidades brasileiras, no século XIX. Ao contrário da maioria das povoações coloniais, as cidades do século passado se aproximam do mar e descem às planícies. A tendência, aliás, começou no decurso de 1700. Passando de cidades-fortalezas a cidades-portos, era natural que assim acontecesse (1992, p. 63).

Ora, se a ideia de mudar a capital de Sergipe Del Rey foi do próprio presidente provinciano Inácio Barbosa, iremos investigar os motivos para que ocorresse a mudança, quais eram os interesses envolvidos, como se deu o desenvolvimento inicial da cidade e quais eram as expectativas da população em relação à nova capital. Por fim, intentamos também compreendermos quais foram as famílias que apoiaram essa iniciativa do presidente Inácio Barbosa, transferindo-se para Aracaju.

De acordo com a historiadora Maria Thétis Nunes, “a transferência da Capital da Província de Sergipe para o povoado de Santo Antônio do Aracaju, realizada pelo Presidente Inácio Joaquim Barbosa, não deve ser vista como um ato precipitado, mas planejado objetivamente, visando às necessidades do comércio, lavoura e navegação” (2006, p. 141). Sabe-se que o sítio da futura cidade de Aracaju era um território indígena e, ao longo do seu processo de mudança, virou um pequeno vilarejo de pescadores denominado Santo Antônio do Aracaju, porém faltam informações consistentes a respeito desse período que antecede a elevação do vilarejo à capital da província. Concentramo-nos, portanto, nos anos iniciais da nova cidade, desde o momento da transferência até a segunda década, destacando quem colaborou para a consolidação da capital, implantando-se como morador de forma permanente.

Desse modo, ao longo desta pesquisa iremos trabalhar com a ideia de que as famílias fundadoras seriam aquelas que vieram viver na nova cidade, seja por serem funcionários públicos, servidores do governo, seja porque se envolveram em alguns cargos políticos ou porque se envolveram em atividades comerciais. Sendo assim, traçaremos um perfil das famílias e um perfil socioeconômico dos moradores mais ‘comuns’, encontrados morando na nova capital.

Ao mesmo tempo em que trabalharemos com as famílias, tomando como base a micro história, também faremos isso dentro da linha de pesquisa sobre a história regional/local, como o escritor Erivaldo Fagundes Neves afirma no seu livro **História Regional e Local**,

A proposta de história regional e local não circunscreve na de micro história – proposição metodológica da década de 1980, que seria, na expressão de Vainfas, uma das manifestações da história das mentalidades – tendo seu objeto de estudo, nas racionalidades e estratégias de funcionamento das comunidades, parentelas, famílias, indivíduos. [...]. Essa proposta não recusaria expressões culturais das elites ou dos letrados, mas teria especial apreço por manifestações como festas, resistências, crenças e afeição pelo informal, popular, como a história das mentalidades (2002, p. 46-47).

Essa escolha faz com que nossa pesquisa tome como princípio colocarmos em evidência as pessoas de origem mais humildes - o popular, uma história voltada não somente pela composição das famílias com mais poder aquisitivo, mas também pelas famílias de origens

menos abastadas. Desse modo, objetivamos que a formação histórica de Aracaju não seja esquecida de alguma forma, evidenciando principalmente a minoria.

Os anos iniciais representam um período de fixação das populações na região em decorrência do surgimento da construção da Cidade do Aracaju a partir de 1855 e do desenvolvimento de atividades econômicas e administrativas, como a transferência de alguns prédios públicos e o comércio do açúcar na Barra do Cotinguiba. Nos capítulos que se seguirão, traremos à baila os primeiros quinze anos de Aracaju (1855 a 1870) faremos um apanhado geral do que já foi pesquisado dentro da historiografia sergipana referente ao tema da mudança da capital, colocamos em evidência a personagem da mulher na sociedade brasileira do século XIX como algumas professoras que fizeram parte da construção histórica da província sergipana, que não são reconhecidas diante da história; além disso, traremos a tona alguns nomes dos profissionais públicos/liberais que trabalharam na nova capital provinciana, que contribuíram de alguma forma para construção da nossa identidade e por fim, descreveremos como foi a visita das SS. MM. imperiais em solo aracajuano, e como se deu o desenvolvimento da cidade após esta ilustre visita.

1 REVISITANDO A HISTORIOGRAFIA SERGIPANA REFERENTE À MUDANÇA DA CAPITAL

*“Rio Sergipe, tão íntimo,
As ternas águas domésticas,
Irmanava tua insônia
Ao remanso do meu quarto.*

*Hoje, oceano, me bordas
Luas antigas, atlânticas,
Quando à varanda escuto
As águas que, dentro em ti,
Tantos anos, me conhecem.*

*Que, embora venhas ò rio,
Do Agreste ao largo estuário,
Sou eu, meu rio querido,
Sou eu que em verdade passo...”*

(Hunald de Alencar, DUO para poesia e Teatro, 2011)

Apesar de termos uma quantidade razoável de fontes escritas e trabalhadas sobre a Historiografia Sergipana, a grande maioria delas estão restritas ao meio acadêmico – como a Universidade Federal de Sergipe –, e alguns lugares de saber historiográfico – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Sobre a historiografia do território sergipano, mais precisamente sobre a questão da mudança da capital, tais meios, apesar de aprofundarem e amplificarem o debate, não solucionaram algumas questões, permanecendo dúvidas nunca antes tratadas. Alguns livros como **História de Sergipe**, de Felisbello Freire e Acrísio Torres Araújo, se dedicaram ao passado sergipano de um modo mais genérico; o pouco que sabemos da vida social de Aracaju e São Cristóvão estão localizados nas páginas de jornal como ‘Correio Sergipense’ e alguns periódicos como a ‘Revista de Aracaju’.

Terezinha de Oliva, no seu artigo **Aracaju na História de Sergipe**, escrito para a referida revista citada acima, faz um apanhado geral e bem resumido dos principais autores que abordam esse tema. Para ela, “a nova capital assumiu desde a sua fundação o caráter de um desafio, de um ponto focal no qual Sergipe empenhou toda a sua energia.” (2002, p. 113). O território onde hoje se encontra o Estado de Sergipe foi conquistado a partir dos meados do século XVI até o decorrer do século XVII e, foi a partir das cartas de doações das sesmarias, que vieram as primeiras formas de se desenvolver economicamente a partir dos rebanhos, construção de currais e, mais tarde, o plantio da cana-de-açúcar. Até o final do século XVIII, como nos aponta Freire na sua obra sobre a **História Territorial de Sergipe**, o território

sergipano contava com cerca de seis vilas – Santa Luzia, Tomar, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro e Villa Nova –, quatro povoações que ficavam em Laranjeiras, Pacatuba, Japarutuba e São Pedro (antigas missões) e sua capital que até então era São Cristóvão.

As terras onde hoje se encontra Aracaju originalmente eram sesmarias doadas a Pero Gonçalves, por volta do ano de 1602. Tinham cerca de 160 quilômetros de costa, mas, em todas as margens, não existia nenhuma povoação de grande porte, apenas pequenas vilas de pescadores escassas. No ano de 1699, temos a notícia de que um povoado surgiu às margens do Rio Sergipe, próximo à região onde deságua no mar, com o nome de Santo Antônio de Aracaju. Seu capitão era um indígena chamado João Mulato. Em meados do século seguinte, mais precisamente no ano de 1757, Santo Antônio de Aracaju vivia sem maiores crescimentos e era incluída como sítio da freguesia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tomar do Cotinguiba. Originalmente, o território onde se encontrava Sergipe Del Rey era vinculado administrativamente e economicamente à Bahia, todavia, por meio do decreto de 8 de julho de 1824¹, foi elevado à categoria de capitania completamente independente do governo baiano. Apesar de ser decretado por lei a desvinculação do território, o documento não obteve execução pois a intervenção da Bahia privou a autonomia política a qual Sergipe devia elevar-se. Antes desse decreto realizado pela SS. MM. houve outro – a carta régia de 5 de dezembro de 1822 –, neste documento cria-se a Província sergipana, a qual fica desmembrada do governo provisório da Bahia, fazendo assim com que Sergipe entrasse definitivamente na vida política de governo provincial sendo, a partir de então, comandada por um presidente e um conselho de província. Desse modo, ela entrou em pé de igualdade constitucional como as províncias já existentes até então.

Isenta a Capitania de Sergipe da sujeição ao Governo da Bahia, declarando-a independente totalmente.

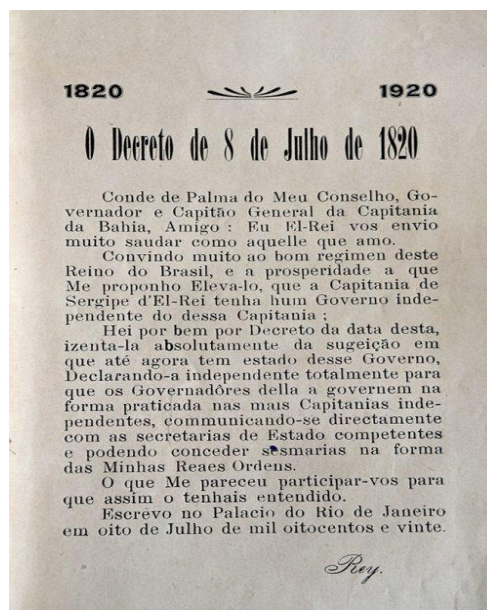
Convido muito ao bom regimen deste Reino do Brasil, e a prosperidade a que me proponho elevá-lo, que a Capitania de Sergipe de El Rei tenha um Governo independente do da Capitania da Bahia. Hei por bem isentala absolutamente da sugeição em que até agora tem estado do Governo da Bahia, declarando-a independente totalmente para que o Governador della a governe na forma praticada nas mais Capitancias independentes, communicando-se directamente com as Secretarias de Estado competentes, e podendo conceder sesmarias na forma das Minhas Reaes Ordens.

Thomas Antonio de Villanova Portugal, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Reino, o tenha assim entendido, e faça executar com as participações convenientes às diversas estações.

Palácio do Rio de Janeiro e 8 de julho de 1820. (Com a rubrica de S.M.)

¹ TRANSCRIÇÃO DO “Decreto – de 8 de julho de 1820.

1)



Entremettes, Freire também apontou que os municípios mais populosos eram Santo Amaro, Santa Luzia, Itabaiana, S. Cristóvão, Socorro e Laranjeiras. Sabemos, por meio de vários estudos, que o comércio de Sergipe era abastecido na Bahia, de onde era importado o algodão em troca das caixas de cana de açúcar, mas o comércio sergipano também exportava outros gêneros, além do açúcar, também tínhamos o algodão, o fumo, os cereais, couros secos, sola branca, gado, cavalos e porcos, contudo, a base da riqueza pública e particular e grande parte da produção era, de fato, o açúcar. (FREIRE, 1995, p. 68)

A capital de Sergipe, naquela época São Cristóvão, estava passando dificuldades com relação aos portos. Como a capital ficava no interior do estado, a navegação até os portos era somente fluvial, o que era um inconveniente, uma vez que os maiores navios não tinham passagem por conta da tonelagem, fazendo os portos sergipanos servirem apenas para pequenas embarcações. O bacharel Inácio Joaquim Barbosa² foi nomeado Presidente por meio da Carta Imperial de 7 de outubro de 1853 e empossado a 17 do mês seguinte. Nesse meio

² Nasceu na Província do Rio de Janeiro em 10 de outubro de 1823. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1844, iniciou na Corte suas atividades como advogado. Em 1846 foi nomeado Juiz de Paz em Paraíba do Sul (província do Rio de Janeiro), e em 1848 seguiu para o Ceará a fim de ocupar o cargo de Secretário do Presidente Fausto Aguiar, casou-se ali e retornou depois para o Rio de Janeiro, continuando a ser Juiz de Paz na Corte. Suplente de Deputado pela Província do Ceará na legislatura de 1852/1853, pelo partido Conservador no qual assumiu o mandato. Destacou-se pelo conhecimento demonstrado nas finanças nacionais, jurista, pela sua inteligência, cultura e independência nas atividades realizadas, e em discussões de vários projetos. Em 1848 foi condecorado com a medalha Cavaleiro da Ordem da Rosa e a de Oficial em 1854. Sua indicação para o cargo de Presidente da Província de Sergipe se deu pela amizade e confiança que desfrutava entre os componentes do Ministério de Conciliação.

tempo que o Dr. Barbosa estava no comando do governo, ocorreram transformações econômicas que implicavam na estrutura social vigente. Se fizeram necessárias algumas medidas que atendessem o aparelhamento das novas forças de trabalho e produção, visando uma maior laboriosidade e gerando lucro cada vez mais. Era necessária uma implantação de meios de transporte mais eficazes entre os centros comerciais do litoral e as fontes de produção interiorana. Dentro desse contexto, a partir de 1854, a praia que hoje se situa no território de Aracaju, perto da foz do Rio Sergipe, despertou grande interesse do governo desta província. Sendo assim, optando por transferir a alfândega e a Mesa de Rendas Provinciais para aquele local, se construiu uma Agência do Correio e uma Subdelegacia Policial, atualmente esses locais ficam na Praça General Valadão, no centro comercial de Aracaju. Além disso, um porto foi construído na praia denominada "Atalaia".

A província necessitava de um porto de volume maior para seu progresso. No dia 2 de março de 1855, a Assembleia Legislativa da Província abriu sessão em uma das poucas casas existentes na Praia de Atalaia. Nesta sessão, tendo previamente analisado a situação em que se encontrava a comarca, Inácio Joaquim Barbosa, presidente da Província de Sergipe Del Rey, decidiu transferir a capital de Sergipe, de São Cristóvão, para a cidade portuária que seria erguida em Santo Antônio do Aracaju. A decisão foi recebida com grande surpresa pelos presentes.

De tal modo, no dia 17 de março de 1855, Inácio Joaquim Barbosa aprovou o projeto de elevação do povoado de Santo Antônio de Aracaju à categoria de cidade e a transferência da capital da província para esta, que foi chamada simplesmente de Aracaju. Foi um dos momentos mais importantes e de maior repercussão da história de Sergipe. A nova localização da capital iria beneficiar o escoamento da produção, principalmente a açucareira da época, além de representar um local mais adequado para a sede do governo e para o desenvolvimento futuramente.

A cidade de São Cristóvão não se revoltou de forma violenta contra a decisão, tendo apenas feito manifestações de protesto. Ao final da primeira metade do século XIX, os senhores de engenho lideraram um movimento com a finalidade de transferir a capital para outra região, onde houvesse um porto capaz de receber embarcações de maior porte para facilitar o escoamento da produção açucareira, que era a principal fonte da economia na época. Segundo estudiosos, só houve a criação de uma nova cidade devido a isto, pois precisavam de uma área muito maior do que as margens do rio Paramopama (que é um afluente do rio Vaza-Barris), afinal tratava-se de um rio que, pelas palavras de Inácio Barbosa,

“não possuía estrutura portuária, e [...] não permitia a entrada de grandes embarcações”³ para escoar a produção de cana de açúcar, gado, entre outros produtos. Entretanto, apesar de criarem essa nova cidade no ano de 1855, ela ainda não contava com uma boa infraestrutura. Por conta do elevado custo no transporte para fluir essas mercadorias para a Bahia (que era o centro do governo colonial) e Recife, a solução encontrada para melhorar esta saída foi trazer a produção para as áreas do vale do Cotinguiba e do Rio Vasa Barris, por facilitar a vazão da mercadoria, pois outro intento era baixar o máximo possível os gastos com o transporte, para gerar mais lucro.

Existe uma enorme divergência sobre quem foi o mentor da ideia para transferir a capital: o presidente provincial Inácio Joaquim Barbosa ou João Gomes de Melo, mais conhecido como o Barão de Maruim? Sobre este personagem tão importante da história política sergipana, Thétis Nunes afirma que “Inácio Barbosa não possuía qualquer ligação com políticos sergipanos” e o presidente conheceu o Barão de Maruim na Câmara dos Deputados. Ainda sobre o Barão de Maruim, o escritor Pires Wyne, conta no seu livro **História de Sergipe (1575 – 1930)** que “Gomes de Melo era um homem de vontade férrea” (p. 176), a tudo que ocorresse na Comarca era atribuído a ele e, por este motivo, não foram poucas as malquerenças surgidas sobre o papel que este designou na mudança da capital no ano de 1855.

Este mesmo escritor afirma que o debate sobre mudar ou não a capital vinha de muito anos atrás, dessa forma são destacados dois eventos aleatórios sobre este tema: o primeiro, Sebastião Gaspar propôs em 1832 a transferência da Capital para Laranjeiras, quando foi elevada à categoria de Vila neste mesmo ano. E o segundo evento foi na administração do Dr. Manuel Inácio da Silva Lisboa, no ano de 1835, desfazendo assim a visão de que o criador da ideia da mudança seria Inácio Joaquim Barbosa. Entretanto surgiu uma conversa, não se sabe como, de que a intenção original era transferir a capital para Laranjeiras, pois como Barreto APUD Ricardo Teles de Araújo demonstra no seu livro **Genealogia Sergipana**, quando o governador Barbosa cogitou em retirar de São Cristóvão o direito de ser a capital do Estado, pelo fato da mesma não dispor de uma saída para produção de açúcar, ocorreu o seguinte episódio:

Era esse governador mulato solteiro e chegado a efusivas paixões, e estava interessado em casar com a filha de um dos mais poderosos senhores de engenho de Laranjeiras. E o primeiro passo foi a visita do governante, em janeiro de 1855, para almoçar em Laranjeiras, na casa do homem que pretendia para sogro, Inácio

³ Citado no artigo FRAGATA, Thiago. **Rio Paramopama: História, Problemas e Soluções**. Disponível no site: <http://thiagofragata.blogspot.com/2009/11/rio-paramopama-historia-problemas-e.html>

Barbosa devia acreditar que a boa-nova da transferência da capital seria um argumento decisivo para as suas pretensões, tanto que não hesitou em pedir a mão da desejada senhorinha (cujo nome era Maria de Sant'Ana Soares Guimarães, al. Santaninha, pertencente à família Ribeiro Guimarães da citada cidade acima). E talvez Laranjeiras tivesse tido destino bem diferente do que teve, não fosse por um detalhe: o senhor de engenho era um empedernido racista e respondeu às pretensões amorosas do governador com um descortês “não tenho filha para casar com preto (2010, p. 76).

E por conta dessa afronta, Inácio Barbosa ficou extremamente aborrecido e transferiu a capital dois meses depois para Aracaju, que na época era um pequeno povoado que deduzimos que continha cerca de 10 casas. Já o historiador José Calazans concorda com Clodomir Silva que a ideia de mudar a capital foi a partir do ano de 1854, em fins de dezembro deste ano, mas, foram iniciadas antes desse mês.

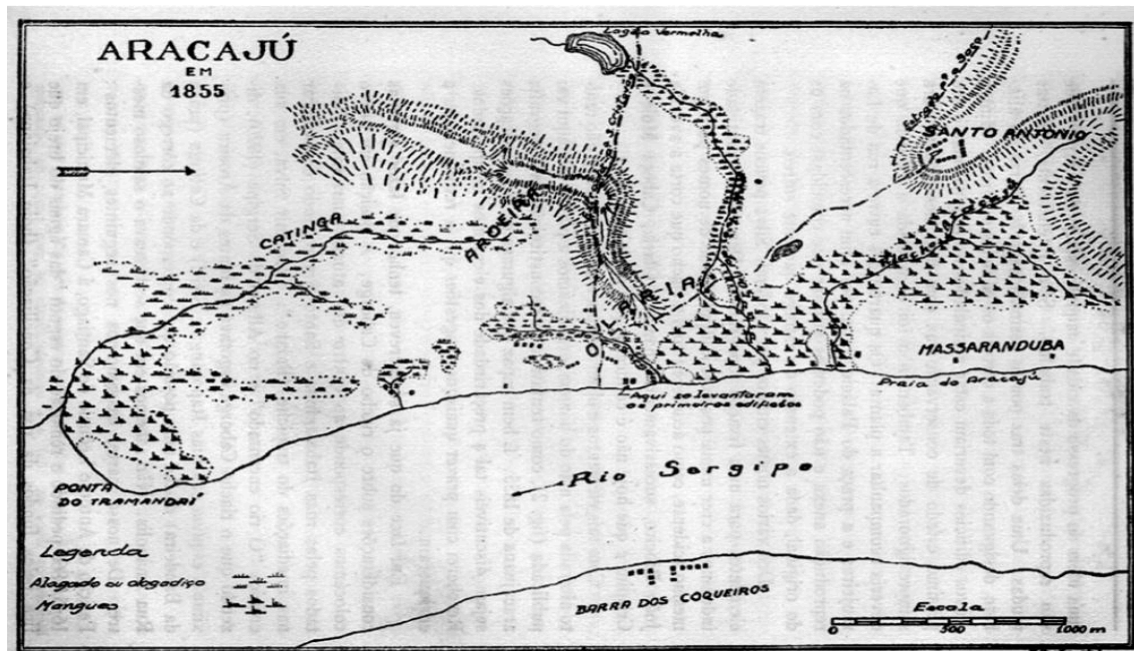
Alguns outros estudiosos da história sergipana concordam com essa visão, além de verem que a questão da transferência da capital se deu por motivos inteiramente geográficos, pois as terras denominadas “praia do Aracaju”, eram as mais propícias à instalação do porto, por causa da barra do Cotinguiba (Rio Sergipe, atualmente). Ressaltamos que o Dr. Ignácio Joaquim Barbosa, quando assumiu a presidência da província no dia 22 de novembro de 1853, veio a falecer três meses depois da mudança da capital em 1855, vale notar que, ao assumir a presidência, Dr. Barbosa já estava ciente que a cidade de São Cristóvão estava sem conseguir dar a vazão necessária para o comércio do açúcar para transportar às outras províncias como Bahia e Recife.

O pontapé inicial para transferir a capital foi dia 06 de novembro, Dr. Barbosa alegou a necessidade de uma fiscalização mais eficiente na Barra do Cotinguiba, sendo, deste modo, ordenada a construção do prédio da Mesa de Rendas Provinciais (que antes estava funcionando no Porto das Redes) na Barra dos Coqueiros, pois lá também já se encontrava o prédio da Alfândega, sob a supervisão do engenheiro Sebastião José Basílio Pirro.

Para que transferisse depois para Aracaju, era necessário que, em primeiro lugar, conseguisse a autorização do Ministro da Fazenda para mudar a Alfândega. Após ter solicitado e obtido a remoção deste, Inácio Barbosa determinou, através do ato de 30 de dezembro, a mudança da mesa de rendas da Barra dos Coqueiros para Aracaju. Dando prosseguimento à ideia de transferência, o presidente provincial, por meio do ato de 18 de janeiro criou a Agência do Correio – segundo o governante a justificativa dada para criá-la foi “pelo fato de haver crescido o número de habitantes na Povoação, como também por causa do grande movimento de embarcações vindas de diversos pontos da Província e do País”. Continuando com os atos, ao dia 26 de janeiro houve a criação do distrito da subdelegacia do

Aracaju (proposta do Chefe de Polícia, sendo o primeiro subdelegado, Antonio Pedro Machado, nomeado a 7 de fevereiro).

2)



Fonte: A História de Sergipe através da cartografia. Observatório de Sergipe: Governo do Estado. Fevereiro, 2015. Pág. 32.

Inácio Barbosa estava aguardando o início dos trabalhos legislativos para apresentar o plano da mudança da capital e, de acordo com o estabelecido pela lei 332, essa reunião se deu a 1º de março. A reunião ocorreu no “Unha de Gato”, engenho pertencente ao Barão de Maruim, as únicas informações que sabemos desse encontro foi por meio de Travassos que falou que só “soube do conhecimento dela (mudança da capital) pela primeira vez em uma reunião para que foi convocado com os deputados provinciais, e muitas outras pessoas pelo mesmo presidente” (1992, p. 72); e que num primeiro momento os políticos que se opuseram ao projeto foram o comendador José Gonçalves Barroso, o Dr. Marinho de Freitas Garcês e ele próprio, sendo que obteve a adesão da maioria. Quando a notícia se espalhou por São Cristóvão, o povo começou a se mobilizar e convocou a Câmara Municipal, de modo extraordinário, a 28 de fevereiro, protestando contra esta. O encontro se daria nas praias desertas do Aracaju, acabou que Inácio Barbosa antecipou a reunião para o dia 27 do mês referente acima, onde debelou as presenças dos deputados provinciais numa casa possivelmente alugada no alto da Colina do Santo Antônio (já Felisbello Freire fala que esse encontro se deu debaixo de um pé de cajueiro), mas não obteve o foro suficiente.

Calazans ainda faz explanação de que foi somente a 1º de março que houve número suficiente para as deliberações, ficando acertado que a abertura oficial iria ocorrer no dia seguinte. Participaram dessa sessão 18 deputados, assistiram à missa votiva do Espírito Santo na Capela de Santo Antônio e, ao meio dia, Inácio Barbosa compareceu diante da Assembleia Legislativa, leu o seu relatório e sugeriu a mudança da Capital para o pequeno povoado de Aracaju. Após essa sessão, as próximas que vieram ocorreram sem maiores novidades, dando prosseguimento, a 06 de março foi lida uma representação da Câmara Municipal datada de 28 de fevereiro⁴. Dia 07, o vigário Barroso pediu que o parecer sobre a representação fosse apresentado em caráter de urgência pela Câmara Municipal, ao dia seguinte, surgiram 15 assinaturas de deputados apoiando o projeto elevando Aracaju à condição de cidade e autorizando que se fizesse a transferência da capital. Barroso opôs-se fervorosamente à ideia da maioria dos deputados.

No total, para que se aprovasse o projeto da mudança da capital pela Câmara, foram necessárias três discussões: a primeira foi a representação dos sancristovenses; a segunda foi quando aprovaram o projeto da mudança, mas o deputado Guilherme Rabelo requereu que houvesse uma discussão maior do projeto – ele era um dos opositores juntamente com o vigário Barroso –, a reunião foi marcada para o dia 14 e o projeto passou sem maiores problemas novamente, pois Barroso acabou faltando a esta; e, por fim, a terceira reunião foi a 15 de março, nesta última, houveram dois discursos falando em defesa do projeto (Guilherme Pereira Rabelo e o major José Antonio Pereira Barreto) e Barroso também falou, mas falando contra.

Ao final, apurou-se somente dois votos contra o projeto. Enfim, no dia 16 de março, foi aprovada a redação final e enviando à sanção presidencial. Ao dia 17 de março de 1855, Inácio Joaquim Barbosa aprovou em definitivo a resolução de nº 413⁵, decretando a mudança

⁴ A representação como nos conta José Calazans foi assinada por Inácio de Paula Madureira, Marcos José Martins, Francisco José dos Santos Pinho, José da Rocha Bastos, Joaquim José Pereira, João Simões da Silva Samango, Joaquim Felipe de Sant'Ana, por eles acharem inconstitucional a Assembleia se reunir em outro local sem ser São Christóvão. O Presidente despachou a mora à Comissão de Constituição e Poderes e o Vigário Barroso discordou da decisão. No dia 08 foi lido o parecer da Comissão rejeitando o protesto dos representantes sancristovenses, o projeto foi discutido e votado contra ao dia 13.

⁵ Resolução n. 413 de 17 de março de 1855, fica definida que:

“Art. 1º - fica elevada à categoria de cidade o povoado de Santo Antonio do Aracaju, na barra do Cotinguiba com a denominação de cidade do Aracaju.

Art. 2º - O município da Cidade do Aracaju será o da Vila do Socorro, tendo sua sede na referida Cidade.

Art. 3º - As reuniões da Assembleia Legislativa Provincial celebrar-se-ão desde já e d'ora em diante na mesma cidade do Aracaju.

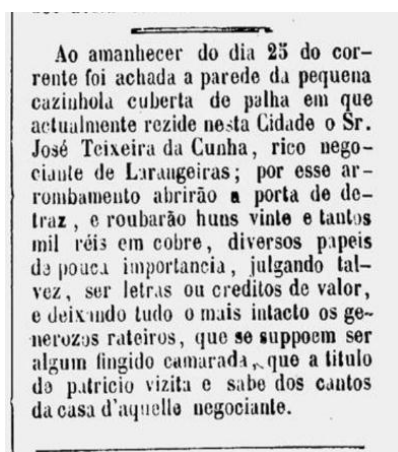
Art. 4º - Fica transferida desde já da Cidade de S. Cristóvão para a do Aracaju a Capital desta Província.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.”

da capital para Aracaju. Após a modificação da capital ser aprovada, o presidente Barbosa tomou algumas medidas de precauções, caso houvesse alguma aparição de rebeldia. Uma dessas foi determinar que o Chefe de Polícia permanecesse na antiga capital pelo tempo que julgasse apropriado para abafar as possíveis badernas contra a decisão da Assembleia.

Com a construção da nova cidade, a paisagem que se existia aqui era de moradias de palhas, provavelmente os comerciantes que tinham recursos para isto, como demonstra uma nota do jornal Correio Sergipense⁶ [ver imagem abaixo], modestas casas de telha e taipa – rara nos primeiros tempos –, prédios públicos ainda em construção. As telhas e os tijolos empregados nas construções eram fabricados, principalmente, nas olarias existentes na Capital e vinham muitas das vezes da Estância e de outros pontos da província. (CALAZANS 1992, p. 79)

3)



Ao amanhecer do dia 25 do corrente foi achada a parede da pequena cazinholha cuberta de palha em que actualmente rezide nesta Cidade o Sr. José Teixeira da Cunha, rico negociante de Larangeiras; por esse arrombamento abrirão a porta de dentro, e roubarão huns vinte e tantos mil réis em cobre, diversos papeis de pouca importancia, julgando talvez, ser letras ou creditos de valor, e deixando tudo o mais intacto os generozos rateiros, que se suppoem ser algum fingido camarada, que a titulo de patricio vizita e sabe dos cantos da casa d'aquelle negociante.

O povoado de Santo Antônio do Aracaju, como nos informa Manuel dos Passos apud Calazans, compreendia três zonas distintas: Santo Antônio ao norte; Olaria ao centro e Barra do Poxim ao sul (1992, p. 81). O Santo Antônio, situado numa agradável colina, onde existia as melhores residências, foi o ponto escolhido para as primeiras instalações da máquina administrativa, entre essas instalações, numa casa alugada, a de Benedito Francisco dos Santos, funcionou por alguns meses a Secretaria da Presidência, e talvez pode ter sido onde Inácio Barbosa cravou residência.

⁶ Jornal Correio Sergipense do dia 27 de junho de 1855, nº 32, ano XVIII.

Na zona denominada Olaria foi onde o engenheiro Pirro traçou a planta da nova cidade, os primeiros trabalhos nessa região foram os de aterrar e de demarcar as praças e ruas, cujas demarcações se davam por meio de ‘postes amiudados, enquanto os operários estavam fazendo o aterro dos pântanos e roçagem para aberturas das ruas. Saiu uma nota no jornal *Correio Sergipense*⁷ sobre a quantia orçada para essa parte do projeto, conforme figura a seguir.

4)

Expediente do dia 16 de Maio de 1855.

Ao Inspector da Thesouraria Provincial.—Determine v. m. aos administradores das Mezas de Rendas que o gado suino só está sujeito ao imposto de 400 réis por cabeça quando for vendido por mar ou por terra para fora da provincia segundo o disposto no art. 20 § 5.º da lei do orçamento vigente, pois que havendo-se especialmente imposto sobre tal genero, não pode estar elle sujeito ao de 5 por cento dos demais generos em geral.

—Ao mesmo.—Mande v. m. pagar a inclusa folha dos trabalhadores do serviço do aterro dos pantanos e roçagens para a abertura das ruas desta cidade na importancia de Rs. 547-240.

Das conclusões que podemos perceber ao lermos **Aracaju e Outros Temas Sergipanos** (1992) é que:

I – A mudança da capital sergipana constituiu uma medida acertada do presidente Inácio Barbosa porque era de interesse vital da província;

II – Os fatores que culminaram no 17 de março, podem ser divididos em dois grupos: externos (nacionais) e internos (regionais);

III – Os fatores nacionais foram, principalmente, os seguintes: iniciativas econômicas do período Mauá, despertando o interesse pelas ousadas realizações materiais; a consolidação do Império, após a maioria de Pedro II, e a ação conciliadora do Gabinete Paraná; substituição do tipo cidade-fortaleza pelo cidade-porto construtivo; a marcha lenta para a cidade, visando uma maior necessidade de conforto nos centros urbanos; o exemplo de Alagoas e Piauí que haviam transferido suas capitais para pontos mais apropriados;

IV – Os fatores econômicos e geográficos.

⁷ Pág. 01, Ed. 28, ano XVIII, 13 de junho de 1855.

Na visão do escritor Felisbello Freire, a mudança da capital para a praia inóspita e inabitada, foi um atentado pois envolvia grande soma de interesses particulares que o ato da mudança prejudicou, retirando a vida oficial de uma cidade secular. Freire também afirmou que por Aracaju ter um solo arenoso, que em recentes períodos geológicos servia de leito do Cotinguiba, não podia oferecer base suficiente para grandes e largas edificações. Este escritor nos conta que a causa alegada pelo bacharel Inácio Barbosa para validar a transferência foi “a superioridade topográfica do Aracaju, o excelente porto e de uma barra superior à do Vaza-barris, condições estas que tornariam para o futuro a nova capital uma excelente praça comercial” (2013, p. 373).

Já numa perspectiva um pouco mais atual, a professora Maria Thétis Nunes afirma que “a transferência da capital para o até então, povoado de Santo Antonio de Aracaju, não foi um ato impetuoso do Presidente, mas planejado objetivamente dentro da realidade do momento em que o país vivia [...]” (p. 134, 2006). A estudiosa complementa que essas medidas vinham sendo tomadas desde o ano de 1854, nesse último caso, concordamos com a visão da referida autora supracitada, uma vez que no ano anterior, criou-se a política de Conciliação⁸ por Honório Hermeto Carneiro Leão, ou melhor dizendo, Marquês do Paraná. A autora concorda que o ato da transferência não deve ser visto como um ato precipitado por parte de Inácio Barbosa, mas planejado de modo objetivo, pois visava às necessidades do comércio, lavoura e navegação.

Apesar do desenvolvimento promissor, a nova cidade foi atingida por surtos de doenças endêmicas. Entre esses problemas de saúde, em Sergipe era comum encontrar inúmeros doentes com febre amarela, malária, peste bubônica, febres intestinais e a *cholera morbus* que amedrontavam a população. Entre um dos afetados estava o então presidente da nova capital, Inácio Barbosa. Foi nos primeiros dias de agosto, pós-mudança, que a nova cidade foi abalada pela notícia da doença de Dr. Barbosa. Foi necessário ele viajar para Estância em busca de “novos ares”. Com o agravamento da doença, ele passou o governo ao 2º Vice-presidente, José da Trindade Prado, pois o primeiro estava ausente – Barão de

⁸ A política de Conciliação unia as Pastas da fazenda, Império, Justiça, Negócios Estrangeiros e a da Guerra e Marinha. Fazendo assim que o desenvolvimento do Império se desse através dos partidos existentes – o Conservador e o Liberal – buscando trazer ao Brasil, paz e concórdia, essenciais ao desenvolvimento para uma estabilidade política do Império. Os Capitais dessas pastas que eram aplicadas no comércio dos escravos, deslocou para as indústrias que iam surgindo, para estradas de ferro, navegação a vapor e os serviços públicos essenciais a realidade social que se ia formando.

Maruim⁹ – que se encontrava na Corte. O idealizador do projeto da transferência veio a falecer a 06 de outubro de 1853, aos 33 anos de idade, na cidade de Estância. Os seus restos mortais foram transladados para Aracaju em 1858.

Aracaju durante esse ano encontrava-se numa situação difícil, pois o surto de cólera ocasionou um grande número de mortos. O vice-presidente de Inácio Barbosa era João Gomes de Melo, mais conhecido como Barão de Maruim. O Barão buscou enfrentar essa situação e procurou continuar as obras iniciadas pelo fundador da cidade, contando com a colaboração dos engenheiros Tenente-Coronel do Corpo de Engenheiros, José Xavier Garcia de Almeida, o Capitão Francisco Pereira da Silva e o Capitão-Engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, que foi a mente por trás do projeto da nova cidade. Em 24 de novembro de 1858, alegando estar mal de saúde, deixou a presidência e em seu lugar assumiu Salvador Correia de Sá e Benevides. Coube a esse último, ultrapassar os problemas encontrados como a salubridade pública por causa dos pântanos que existiam nas partes baixas, permanecendo as águas estagnadas e pútridas, e a péssima qualidade da água potável.

Após cinco anos da fundação, Aracaju recebia festivamente a visita de D. Pedro II e a Família Imperial. O monarca registrou o funcionamento normal da administração da nova Capital, instalada em prédios próprios, além de ter visitado algumas escolas públicas, tanto para meninos como para meninas, e sabatinado alguns deles (discorreremos sobre isso mais adiante). Ao fundar a cidade do Aracaju, Inácio Barbosa começou a escrever uma página importante para a Província de Sergipe e fez com que seu nome se incorporasse a mesma, afinal, criou a primeira cidade livre de Sergipe.

⁹ Filho de Teotônio Corrêa Dantas e D. Clara Angélica de Menezes, nasceu a 18 de setembro de 1809 no engenho Santa Bárbara, município de Maruim, e faleceu a 23 de abril de 1890 na capital federal, onde, tendo desde muitos anos fixado residência, formara família, contraindo segundas núpcias com uma respeitável senhora, irmã do Visconde do Uruguai. Nobilitado pelo governo imperial a 11 de outubro de 1848 com o título de barão com grandeza, foi mais: comandante superior da guarda nacional, vice-presidente da província, deputado provincial por diversas vezes e deputado geral nas três legislaturas de 1853 a 1864, no começo da última das quais, 1861, foi escolhido senador do império. Como vice-presidente, administrou a Província, desde 27 de setembro de 1855 até 27 de fevereiro do ano seguinte.

2 A AUSÊNCIA DAS PERSONAGENS FEMININAS NA HISTÓRIA DA CAPITAL

*Que pretendes, mulher?
Independência, igualdade de condições...
Empregos fora do lar?
És superior àqueles
que procuras imitar.
Tens o dom divino
de ser mãe
Em ti está presente a humanidade.*

(Cora Coralina)

Ao longo dos meses que pesquisamos as fontes referentes ao tema, percebemos a ausência dos nomes femininos citados em jornais ou revistas. As poucas vezes nas quais pudemos identificar nomes relativos às mulheres em algum tipo de documento, foi por meio dos registros de batismos, casamentos e, por alguma sorte, nos inventários/testamentos catalogados. Um exemplo disto é o registro de número 03 do Livro de Batismo, referente ao ano de 1864, no qual a cidadã Margarida Francisca de Santa Anna batizou na Igreja Nossa Senhora da Conceição a sua filha de nome Clara, de apenas 02 meses¹⁰, que apresentou como padrinhos o Sr. Alfredo Rodrigues de Siqueira Montes e Margarida Francisca da Silveira Fontes. Podemos dizer, através desse levantamento de dados, que Margarida Francisca era uma mulher de cor parda, mãe solteira, sem muitas condições financeiras. Ou ainda, nos registros de casamentos do ano de 1855 – que como sabemos foi o ano da mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju –, de números 4 e 6, em que irmãs gêmeas, uma delas chamada Maria Joaquina, casou-se com Eduardo José dos Santos, e a outra, chamada Columba Maria dos Santos, casou com Antonio da Cruz e Santiago, filhas do casal Antonio Jose de Oliveira e Maria Mardonio Sacramento¹¹. Ambas se casaram na Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória de Sergipe (São Cristóvão), no mesmo dia 30 de setembro de 1855 com a idade de 19 anos.

¹⁰ Registros Paroquiais, Batismos, Livro 1 (1864-1871), pág. 1. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-L99T-N98V-M?wc=M5NJ-K66%3A371845401%2C371845002%2C371845403&cc=2177298>

¹¹ Registros Paroquiais, Casamentos, Livro 01, 1855-1900, pág. 1. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-899T-VHD3?wc=M5NV-FMV%3A371848501%2C371848502%2C371990801&cc=2177298>

Mas o que diferencia uma mulher da elite e uma mulher sem posses, de origem mais humilde? Por qual motivo, a mulher só tinha uma ‘ascensão social’ por meio do casamento? Por que, no século XIX, não se viam muitas notícias relacionadas a elas? Por que apesar de elas terem um papel importante dentro da família e participarem da sociedade, não vimos notícias relacionadas, algum nome de mulheres nem que sejam da ‘elite aracaçuana’ do período? Mas antes de respondermos essas perguntas, teremos que contextualizar o papel feminino dentro da sociedade do século XIX. Utilizaremos autoras como Maria D’Incao, Miridan Knox Falci, Rachel Soihet, Cláudia Fonseca e Maria Lígia Madureira Pina, que são algumas das estudiosas sobre esta temática.

No século XIX a mulher fazia parte da vida burguesa (as oriundas de família de comerciantes ou poder aquisitivo um pouco maior), elitista e após alguns anos, elas começaram aos poucos a se profissionalizarem, fazendo assim que comesçassem de forma tímida a saírem de dentro de uma vivência doméstica, ganhando o espaço de trabalho antes realizados pelos homens, iremos falar a respeito mais adiante do capítulo. Segundo o modo de pensar da época, como a professora de sociologia da UNESP, Maria Ângela D’Incao demonstra no seu texto **Mulher e Família Burguesa**¹², “um sólido ambiente familiar, lar acolhedor, filhos educados e a esposa dedicada ao marido e sua companheira na vida social são considerados um verdadeiro tesouro” (2017, p. 224). Nesse trecho, podemos perceber que o papel essencial da mulher neste período está intimamente relacionado a cuidar da família e da casa. D’Incao também nos fala que “nesses lugares, a ideia de intimidade se ampliava e a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos ‘outros’. A mulher de elite passou a marcar presença em cafês, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social” (2017, p. 228).

D’Incao ainda nos mostra que “o casamento entre famílias ricas e burguesas era usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do status (ainda que os romances alentassem, muitas vezes, uniões ‘por amor’)” (2017, p. 229). As mulheres casadas desse período, além de assumirem a posição de cuidar da família e da casa, ao passarem à condição de ‘senhora do lar’, ganhavam mais uma função que, seguindo o pensamento de Maria D’Incao, era a de contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões, como anfitriãs de saraus e bailes, por exemplo.

¹² Ver livro **História das Mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (org.). 10^o ed., 5^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

Apesar da imagem que descrevemos aqui, das mulheres serem subjugadas, vale ressaltar que os homens eram bastante dependentes da imagem que essas mulheres passavam aos outros, pois, eram elas que cuidavam da imagem pública do homem e eles esperavam que as mulheres os ajudassem a manter sua posição social. Além desse papel que as mulheres de elite tinham com a vida social do seu esposo, elas também eram consideradas como a base moral da sociedade, a mulher da elite deveria ser casta no encontro sexual com o seu futuro esposo, tinham que vigiar a castidade das filhas e cuidar do comportamento dos filhos. (D'INCAO, 2017, p. 230)

Se formos avaliar o comportamento social do século XIX, através da literatura da época, podemos perceber é que estas indivíduos mais humildes, de classes mais baixas, não tinham tanta vigilância, que elas podiam amar pessoas da mesma condição social, sem envolver interesses, sejam eles políticos ou econômicos, o que para mulheres de classes mais elevadas eram raros de acontecer ou nem existiam. A grande maioria dos casamentos do século XIX visava o interesse entre as famílias e envolvia dotes (dinheiro que os pais juntavam para as filhas e que era dado ao marido, caso ele resolvesse casar, para começar a vida conjugal mais firme).

Entre as práticas de casamentos realizados perante uma congregação e um padre da Igreja Católica, existia outro tipo – além desse que conhecemos –, a prática denominada amancebamento ou concubinato, que nada mais é do que um casal se juntar como marido e mulher, mas sem serem casados oficialmente, numa cerimônia religiosa, algo que, nos dias atuais, denomina-se de ‘união estável’, segundo lei alterada pelo novo código civil, ou, como em muitas regiões do nordeste, utiliza-se o termo “*ajuntados*”.

Além desses dois tipos de casamentos das mulheres, havia outra modalidade, denominada rapto consentido, que ocorria quando o namoro não era aprovado pelos pais. Os casais apaixonados fugiam nas altas horas da noite para uma determinada cidade ou local que era previamente combinado entre os amantes e algum conhecido próximo e, após muitas horas, a moça mandava avisar à família que tinha sido raptada e só sairia do local onde se encontrava como uma mulher casada. Nesses casos, os pais, como não viam alternativa a não ser aceitarem e fazerem esse casamento, pois perante o ciclo em que conviviam uma moça que foi raptada e que não casasse, tornava-se uma mulher perdida, e o homem que raptava a moça, se não unisse a ela, sofria as sanções da sociedade.

Quando existia um novo casamento entre pessoas cujas famílias tinham mais posses, haviam festas que eram consideradas de “bom gosto”, pelas palavras da escritora Miridan

Falci, o casamento “era acompanhado de uma longa festança que durava vários dias. Mandava-se vender algumas vacas para obtenção do dinheiro para a festa...” (2017, p. 259), a família montava toda uma estrutura para realizar o casório’, para receber os parentes distantes, esbanjava comida e, caso houvesse um sacerdote da família que morava longe, a família aguardava o padre para abençoar as sobrinhas que mandaram chamar para a celebração do casamento. Quando eram casamentos das mulheres mais pobres, geralmente não eram casamentos acertados entre as famílias e não envolviam a questão do dote.

Sobre as atividades incumbidas às mulheres, havia uma diferença nas classes em que elas se encaixavam, pelos padrões do século XIX. Como nos mostra a professora Miridan Knox Falci, no seu texto **Mulheres do sertão nordestino**,

“As mulheres de classe mais abastadas [...] eram treinadas para desempenhar o papel de mãe e as chamadas ‘prezadas domésticas’ – orientar os filhos, fazer ou mandar fazer a cozinha, costurar e bordar. Outras, menos afortunadas, viúvas ou de uma elite empobrecida, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados a crivo, davam aulas de piano e solfejo, e assim puderam ajudar no sustento e na educação da numerosa prole.¹³

Mais adiante dessa descrição acima, a professora Falci traz à baila ao longo do seu texto as atividades realizadas pelas mulheres pobres e as escravas. Referente às mais pobres, elas não tinham outra opção a não ser garantir seu próprio sustento e o dos seus filhos, desenvolvendo atividades como costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras – esta última advindas da zona rural que faziam o trabalho considerado masculino como: torar paus, carregar feixes de lenha, cavoucar a terra, semear os grãos, limpar a roça do mato, colher; além desses trabalhos, elas também tinham que cuidar da casa, cuidar da cozinha e dos seus filhos – caso elas tivessem – ou dos seus irmãos menores. Quanto às mulheres escravas, além de trabalharem na roça, eram usadas pelos seus senhores como tecelãs, fiadeiras, rendeiras, carpinteiras, azeiteiras, amas de leite, mucamas, cozinheiras, costureiras, engomadeiras e mão de obra para todo e qualquer serviço doméstico.¹⁴

Podemos perceber ao enumerar as situações na qual as personagens femininas se encaixam que, como expande a professora Rachel Soihet no seu texto **Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano**, “sobre as mulheres recaía uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar” (2017, p. 362) , além disso, essa mesma escritora fala sobre o papel da mulher segundo a medicina do período, para eles as características femininas, por razões biológicas, seriam fragilidade, recato, predomínio das faculdades

¹³ *Id. Ibid.*, p.249

¹⁴ *Id. Ibid.*, p. 250

afetivas sobre as intelectuais (para ficar mais claro, a mulher seria mais dominada pelas emoções, do que pela razão), a subordinação da sexualidade à vocação maternal.

Mas o que seria essa vocação maternal? Seria algo como se toda a mulher que tivesse nascido nesse período, teriam que serem essencialmente mães? Basicamente a vocação maternal define-se como um amor incondicional, instinto materno, felicidade insubstituível. Muitas autoras afirmam que a maternidade é uma construção histórica e social, denominada na academia como ‘Mito do Amor Materno’¹⁵ que é propagado em nosso meio desde meados do século XVIII.

Como Soihet nos afirma, “a vida familiar destinava-se, especialmente, às mulheres das camadas mais elevadas da sociedade, para as quais se fomentavam as aspirações ao casamento e filhos, cabendo-lhes desempenhar um papel tradicional e restrito” (2017, p. 368). Então os casamentos na igreja eram realizados para uma parcela ínfima da população, por conta das altas despesas para realizar um matrimônio e, por conta dessas dívidas, esse é um dos fatores que contribuíram para que as mulheres mais pobres da população vivessem mais em um regime de concubinato.

Vimos, de modo geral, o comportamento da mulher na sociedade do século XIX. Outro fator que devemos compreender um pouco mais é a educação diferenciada entre os homens e as mulheres, que é importante para entendermos melhor a sociedade dessa época e percebemos que cada pessoa tinha um papel a ser desempenhado. Foi a partir da Decreto Lei do Império, de 15 de outubro de 1827, que houve a determinação de criação de escolas para meninas. Num primeiro momento foram fundadas em Sergipe escolas particulares, como foi o caso das cidades como Estância, Propriá e Laranjeiras (1831), além de também ter sido criada uma escola feminina em São Cristóvão. Segundo a professora Maria Lígia Madureira Pina, em sua obra **A mulher em Sergipe**,

Quando da mudança da capital para Aracaju, foi fundada uma escola para meninas que passou a funcionar em 1858, sob a direção da professora Josefa Maria da Trindade, com vinte e quatro alunas, destacadas pela assiduidade e aproveitamento, ao passo que a escola masculina, com trinta alunos, se distinguia pela baixa frequência e pouco rendimento (-, p. 179).

¹⁵ “*Inferre-se que no fim do século XVIII, o amor materno surgiu como um conceito novo. E, igualmente nova, foi à associação das duas palavras: amor e materno. Isto significa, não só a promoção do sentimento, como também do sentido da mulher enquanto mãe. Badinter (1985) não nega a existência deste amor nos anos anteriores ao século XVIII, mas evidencia que este não se constituía como valor familiar e social na importância, conotação e posição que assumiria mais tarde*”. IN: RESENDE, Deborah Kopke. **Maternidade – uma construção histórica e social**.

Como é corroborado no art. 6º do decreto de 15 de outubro de 1827, cabia “aos professores ensinarem nessas escolas a ler, escrever, as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados (frações), decimaes e proporções, as noções mais gerais de geometria pratica, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana”; esta era a ‘grade curricular’ a ser estudada pelos meninos na segunda metade do século XIX, já para as meninas, como afirma Ribeiro apud Anamaria Freitas¹⁶, as jovens que frequentavam estes colégios recebiam um programa diferenciado, com seus currículos organizados de forma a atender o desenvolvimento de habilidades e atitudes femininas, além do ensino de Música, Línguas Estrangeiras e Trabalhos Manuais, que era bastante valorizado.

5)

LEI — DE 15 DE OUTUBRO DE 1827.

Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio.

D. Pedro I, por Graça de Deus e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou, e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessarias.

Art. 2.º Os Presidentes das provincias, em Conselho e com audiencia das respectivas Camaras, emquanto não tiverem exercicio os Conselhos Geraes, marcarão o numero e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em logares pouco populosos e remover os Professores dellas para as que se crearem, onde mais aproveitem, dando conta á Assembléa Geral para final resolução.

Art. 3.º Os Presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 annuaes: com attenção ás circumstancias da população e carestia dos logares, e o farão presente á Assembléa Geral para a approvação.

Art. 4.º As escolas serão de ensino mutuo nas capitães das provincias; e o serão tambem nas cidades, villas e logares populosos dellas, em que fór possivel estabelecerem-se.

Art. 5.º Para as escolas do ensino mutuo se applicarão os edificios, que houverem com sufficiencia nos logares dellas, arranjando-se com os utensilios necessarios á custa da Fazenda Publica e os Professores; que

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827 Página 71 Vol. 1 PT. I (Publicação Original)¹⁷

Dentro desse contexto, as mulheres começaram a dar os primeiros passos da sua própria emancipação através do ensino, sabemos também por meio do censo decenal de 1872, que foi realizado em 1870, que algumas mulheres além de exercerem o estereótipo de rainha do lar, também trabalhavam. Havia cerca de 492 mulheres que trabalhavam como costureiras

¹⁶ FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; ARAGÃO, Milena Cristina APUD RIBEIRO, 1996, P. 164.

¹⁷ BRASIL. Decreto-Lei, de 15 de outubro de 1827. Imagem retirada do site: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>

dentro da sua própria casa e havia também outras 1.364 que para ganhar o seu sustento dependiam de conseguir ou não um emprego doméstico que até então eram ocupados somente por mulheres solteiras que, para ajudarem as suas famílias com as despesas da casa, optaram por trabalharem fora. Já aquelas que preferiram se emancipar por meio de algum tipo de curso técnico, estudavam na Escola Normal e distendiam seus conhecimentos através do ensino, desta forma destacam-se nomes da sociedade sergipana como: *Antonia Angelina de Figueiredo Sá*¹⁸, que se sobressai como uma das poucas professoras diplomadas pela Escola Normal e que veio a ser professora *a posteriori* do município sergipano.

No ano de 1870 foi fundado em Aracaju o colégio Atheneu Sergipense, que inicialmente tinha dois cursos: o primeiro de Humanidades e o segundo seria o curso Normal. Para o primeiro Curso de Humanidades, iam os filhos de famílias ricas que pretendiam fazer cursos de nível superior fora do Estado, já para a Escola Normal iam os mais pobres; os professores primários que pensavam poder assim conseguir bolsas de estudo para também se doutorarem e, caso conseguissem, não voltavam mais para Sergipe. Observamos os quadros a seguir, referente aos professores existentes por meio do censo da Inspeção Geral das aulas, no ano de 1858, no governo de Brotero.

Por meio das pesquisas realizadas no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, localizamos em seu acervo duas tabelas contendo alguns nomes dos professores que davam suas aulas no ano de 1858 em toda Província de Sergipe. Entre esses professores que tomamos conhecimento, existiam somente 7 professores que eram mulheres, são elas: Anna Rita Xavier Mainart, Raquel Lisbella de Magalhães, Maria Pastora dos anjos, Maria Victoria da Conceição, Adelaide Serafina d'Ávila Ribeiro, Josepha Benvinda Oliveira Carvalho e Donata Maria do Espírito Santo, conforme quadro a seguir.

¹⁸ Professora – Filha do major Manuel Xavier de Figueiredo e D Anna Gracinda de Figueiredo, e viúva de José Sotero de Sá, contemplado neste livro, nasceu a 11 de março de 1863 no engenho Tabocal, município da Capela. Exerceu com muita aptidão o magistério público, tendo sido em Aracaju adjunta da professora primária da Escola de Aprendizes Artífices e efetivo do Grupo Escolar Modelo, cargo em que se jubilou a 28 de fevereiro de 1914. (Retirado de GUARANÁ, Armindo. **Dicionário biobibliográfico sergipano**. 32 p.).

6)

Relatório Santos, 7/3/1859

QUADRO DOS PROVIMENTOS DE PROFESSORES NO DECURSO DO ANNO DE 1858. J.

NOMES.	LUGARES DAS CADEIRAS.	PROVIMENTOS.		OBSERVAÇÕES.
		DIA.	MEZ.	
Francisco José Gomes	S. Christovão	7	Julho	Removido do Socorro.
Urbano Pereira do Bonfim	Rosario	24	Agosto	Removido da Aguada.
Manoel Barbosa d'Araujo	Capella	22	Maio	Removido da Estancia.
Padre José Claro de Menezes	Bom Jesus	29	Setembro	
Padre Manoel Felício de Miranda Lima	Sacra do Rio Real	2	Junho	
Joaquim José Montalvão	Campes	15	Junho	
Francisco Gonçalves Berruso	Itabaquinha	7	Julho	Removido do Cemiterio.
Justino Camela de Jesus	Pé do Banco	24	Agosto	Removido da Capella.
Benjamin de Souza Telles	Capella	24	Agosto	Removido do Pé do Banco.
Azina Rita Xavier Mainart	Barra dos Coqueiros	8	Junho	
Raquel Libella de Magalhães	Maroim	12	Maio	Removida da Barra dos Coqueiros.
Maria Pastora dos Anjos	Capella	7	Julho	Removida do Pé do Banco.
Maria Victoria da Conceição	Pé do Banco	7	Julho	
Adelaide Serodina d'Avila Ribeiro	Estancia	7	Julho	
Josephina Benedita Oliveira Carvalho	Espirito Santo	16	Junho	
Donata Maria do Espirito Santo	Villa Nova	7	Junho	

Inspectoria Geral das Aulas 31 de Dezembro de 1858.

Guilherme José Mascarenhas.— Amanuense.

Referente ao ensino no período imperial, podemos perceber que o modelo existente e predominante no país era de escolas isoladas ou de primeiras letras. Sobre o ensino nas escolas isoladas, Magno Santos e Ane Luíse Santos nos assegura que “o ensino era multisseriado, na qual uma professora ficava responsável pelo ensino de alunos de séries distintas” (-, p. 06). E essas escolas funcionavam em instalações improvisadas, como na própria casa das professoras, salões paroquiais ou casas alugadas pelo poder público. Por este motivo, muitos pesquisadores da educação julgam que neste período o ensino é subdesenvolvido, problemático e bagunçado.

Além dessas professoras que ensinavam em suas casas na época de Sergipe Provincial houveram outras professoras como Maria Diniz Vieira d’Almeida, Maria Porciúncula de Souza, Carolina Julia de Vasconcellos, Maria Clemencia da Conceição Leal e Maria Florinda da Victoria. São os poucos nomes que conseguimos identificar como sendo personagens que criaram uma base para contribuir de alguma forma para história de Sergipe, mas que não teve um papel considerado importante para serem relevantes o suficiente a algum tipo de contribuição para história provinciana (ver quadro a seguir).

7)

Relatório Brito, 7/10/1859

QUADRO DOS PROFESSORES JUBILADOS.

N.º	NOMES.	JUBILAÇÕES.			CATEGORIAS.	LUGARES DAS AULAS.	OBSERVAÇÕES.
		UIA.	MEZ.	ANNO.			
1	José Pinheiro do Sacramento.	23	Janeiro	1838	Letras	Laranjeiras	Foi supprimida.
2	Ricard Diaz Villas-bas.	10	Janeiro	1837	Letras	Santo Amaro.	
3	Padre Manuel Joaquim Nunes.	27	Setembro	1838	Letras	Propria	Foi supprimida.
4	Tevallano Manoel de Mesquita.	27	Julho	1838	Letras	Itabiana	
5	Maria Elizir Vieira d'Almeida.	12	Julho	1838	Letras	São Christovão	Foi supprimida.
6	Manoel Francisco Lino.	2	Junho	1843	Letras	Laranjeiras	
7	José Lopes de Souza.	12	Setembro	1843	Letras	Santo Amaro.	Foi supprimida.
8	Padre Luiz Correia Galdas Lima.	23	Março	1843	Letras	São Christovão	
9	Luiz Baptista Gomes.	11	Agosto	1847	Letras	Villa Nova	Foi supprimida.
10	Antonio Bedrigues dos Coites.	9	Agosto	1847	Letras	São Christovão	
11	José Joaquim de Jesus.	17	Setembro	1847	Letras	Divina Pastora	Foi supprimida.
12	Thomas Pinheiro de Souza Costa.	9	Agosto	1847	Letras	Pacatuba	
13	Antonio Correia d'Armas Castro.	20	Abril	1850	Letras	Itabiana	Foi supprimida.
14	Antonio Ribeiro dos Martyres.	18	Junho	1850	Letras	Lagarto	
15	Maria Percinula de Souza.	24	Setembro	1850	Letras	Santo Amaro	Foi supprimida.
16	Carlina Julia de Vasconcellos.	20	Maio	1850	Letras	Itabiana	
17	José Nunes Pereira.	16	Dezembro	1854	Letras	Marim	Foi supprimida.
18	Manoel Antonio d'Almeida Rego.	14	Abril	1855	Letras	Japanituba	
19	Manoel Malaquias de Leão Brasil.	12	Fevereiro	1857	Letras	Pé do Banco.	Foi supprimida.
20	Liberto Antonio da Costa Lobo.	12	Fevereiro	1857	Letras	Marim	
21	Manoel Francisco Pereira.	8	Março	1857	Letras	Paratuba	Foi supprimida.
22	Messias José Alves.	5	Fevereiro	1857	Letras	Propria	
23	Manoel Garcia da Rocha.	28	Maio	1857	Letras	Capella	Foi supprimida.
24	Padre Antonio Iria de Mendonça.	19	Junho	1857	Letras	Campo do Brito.	
25	Padre José Gonçalves Barroso.	9	Agosto	1858	Philosophia	Capital	Foi supprimida.
26	Imacio Rodrigues de Loyala.	6	Dezembro	1858	Letras	Gerú	
27	Maria Clementia da Conceição Leal.	7	Julho	1858	Letras	Villa Nova	Foi supprimida.
28	Francisco José de Barros Padilha.	7	Julho	1858	Letras	Itabaianinha	
29	Maria Florinda da Victoria.				Letras	Capella	Não consta a data nesta Inspectoria.

Inspectoria Geral das Aulas 30 de Dezembro de 1858.

Após termos localizados esses nomes referentes às poucas mulheres existentes no magistério oitocentista por meio de relatórios oficiais dos presidentes da província e poucas obras referentes ao ensino e o papel da mulher dentro do contexto pré-estabelecido nesta pesquisa, as outras personagens femininas sendo docentes no ano de 1860 que temos ciência devido as notas apressadas do Imperador Dom Pedro II em sua breve passagem pelo território sergipano são, Possidônia Maria de Santa Cruz Bragança (Laranjeiras), Leopoldina J. F. da Rocha e Adelaide Seraphina d'Avila Ribeiro (Estância).

Para concluirmos este capítulo, vale lembrar que na sociedade imperial era valorizada a presença dos personagens masculinos devido ao modo que a coletividade foi fundada, na base do patriarcado. Portanto, destacamos nessa pesquisa não somente os papeis que cabiam aos homens dentro da sociedade imperial sergipana, como o papel desempenhado pelas mulheres. Apesar de elas estarem retidas nos lares, houveram muitas deles que exerceram funções como costureiras, empregadas domésticas ou as poucas professoras que exerciam esse papel, trazendo uma fonte de renda extra, para ajudarem na sobrevivência familiar.

3 IMPORTÂNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS/ LIBERAIS E DAS FAMÍLIAS DE ELITE, QUE CONTRIBUÍRAM NA FASE INICIAL E NO DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO DE ARACAJU

Se fomos analisar os sobrenomes que aparecem desde da época dos capitães mores de Sergipe, vimos que as famílias que continham os sobrenomes como: Barros, Silva, Bispo, Pereira, Araújo Lima, Sousa, Coelho, Costa, Martins Fontes, Correia, Santos, Mendonça, Furtado, Carneiro, Tavares de Mendonça, Andrade Moura, Lima, Gama Aranha Paes, De Jesus, Madureira, Chaves, Dantas, Vieira, Carneiro de Sá ou Carneiro¹⁹ Leão, entre tantos outros, eram proeminentes, pois foram estas famílias que ganharam as primeiras sesmarias para povoarem o território onde hoje se encontra nosso Estado.

Tomando como base para análise as cartas de doações e os registros de batismo e casamento dos anos de 1853 em diante, observamos que alguns desses sobrenomes se repetem nas páginas dos livros de registros acrescidos com outros sobrenomes como Sacramento, Espirito Santo, Faro e/ou Carneiro Leão, Silveira e/ou Martins Fontes, Souza Pinto, da Conceição, Sacramento, Rodrigues. Muitas dessas pessoas poderiam ser meros habitantes da província, sem empregos definidos, comerciantes, professores, advogados entre tantas outras profissões existentes no período imperial.

Segundo a lei de 9 de setembro de 1870, na qual foi convocado o 1º censo decenal geral do Império, que só foi compelido em 1872, existiam em Aracaju cerca de 5.781 habitantes classificados como homens livres (solteiros, casados e viúvos), escravos (as) e mulheres livres (divididas nas mesmas categorias). Desse total de 5.781, 16 eram escravos, 86 libertos, 62 de nacionalidade estrangeira de religiões católica e não católicas.

¹⁹ Todos os nomes ou sobrenomes que estão grifados, são as personalidades no quais consideramos como sendo as Famílias Fundadoras de Aracaju.

Pelas informações analisadas no relatório de assuntos administrativos da província ao Dr. Inácio Joaquim Barbosa, elaborado pelo seu antecessor Luiz Antonio Pereira Franco²⁴, sobre as estatísticas apresentadas neste relatório, existia o censo referente aos meses de janeiro a setembro de 1853 em que constam a existência dos batizados: a 5.451 crianças foi ministrado o sacramento, sendo que 4.399 eram livres e 1.052 escravos. Referente à educação pública, comunica que haviam no total 39 aulas de primeiras letras para o sexo masculino e 15 para o sexo feminino; 9 aulas de gramática latina, fora as que fazem parte do Liceu de SC. Total de alunos do sexo masculino matriculados 2.166, do feminino, 490, e 149 matriculados nas aulas de gramática latina e a frequência geral das aulas públicas eram inferiores de 2.805 alunos (dados enviados da secretaria do Inspetor Geral da Educação para a secretaria da presidência provincial, na época sendo Manuel Luiz Azevedo d'Araújo).

Não sabemos o número preciso de pessoas que se mudaram para a nova capital no ano de 1855 e nem o número certo de quantas já moravam por essas bandas quando ocorreu a mudança, mas sabemos, por meio do relatório presidencial de 04 de março de 1853 do presidente da Província de Sergipe, Dr. Inácio Joaquim Barbosa, que a pequena cidade de Aracaju, até aquele referido ano de cerca, continha “cerca de 200 praças, por se haver feito a redução de 35 praças decretada pela lei nº 399 de 21 de junho do ano passado” (1853, p. 5). Com a transferência da capital, os empregados públicos necessitavam de certos auxílios para edificar as suas casas em Aracaju, porquanto, a grande maioria deles moravam na antiga capital e, com a mudança da sede, se fez necessário eles virem para a barra do Cotinguiba para colocar a nova cidade nos eixos. O governo primeiramente dava uma ajuda de custo para o transporte: 10% dos ordenados aos que eram casados e 5% para os solteiros, depois concedeu-lhes aforamento dos terrenos de marinha. Sobre esses aforamentos, os pedidos variavam entre 4 a 25 braças, os requerentes tencionavam construir casas para moradia e outros pensavam em erguer prédios para o comércio local.

Após a morte do seu fundador, as obras da nova cidade prosseguiram a todo vapor. Os sucessores de Inácio Barbosa: Coronel José Trindade do Prado (10 de setembro 1855 a 27 do mesmo mês); Barão de Maruim (27/09/1855 a 27/02/1856); Dr. Salvador Correia de Sá e Benevides (27/02/1856 a 10/04/1857); Barão de Maruim, no seu segundo mandato (10/04/1857 a 05/08 do mesmo ano); Dr. João Dane D’Avelar Brotero (05/08/1857 a

²⁴ Nº doc.: 1538, PA, S3, CX 179, datado do dia 22 de novembro de 1853, fundo Padre Aurélio Vasconcelos, pesquisado no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (consulta local).

07/03/1859) e o Dr. Manuel da Cunha Galvão (07/03/1859 a 15/03/1860) não interromperam a construção das obras começadas e construíram outras que se fizeram necessárias.

No relatório provincial de Correia de Sá e Benevides, os dados que ele nos demonstra é que, no ano de 1857, havia até então 1.484 habitantes, sendo 1.191 livres e 293 escravos ocupando variadas profissões, e que as construções, iniciadas por Barbosa e continuadas por ele, já se encontravam concluídas, além de que as obras de drenagem dos esgotos e o aterro dos pântanos estavam quase concluídas e deixadas a cargo do Engenheiro Pereira da Silva. Ademais, neste mesmo documento, Correia de Sá e Benevides nos conta sobre as obras que visavam levar água potável para a população como uma das muitas melhorias no desenvolvimento da capital. No mesmo documento, ele fala da mudança do secretário do governo que passou de Antonio Annes Jacome Pires para o bacharel Antonio Carlos Monteiro de Moura.

Mais adiante neste capítulo, observamos alguns mapas estatísticos referente a população existente em 1857, onde consta os nomes de alguns empregados da secretaria do governo (quadro A)²⁵ e da população do distrito da subdelegacia da capital do Aracaju (quadro B)²⁶, contendo o valor do ordenado como: oficial-maior chefe da 1º seção - Manoel Diniz Villas-Bôas; oficial arquivista chefe da 2ª seção – José Pinto da Cruz; oficial José Alberto de Santa Anna; Francisco Felino Peixoto de Carvalho e José Raimundo Costa Carvalho (também sendo oficiais); Manoel José de Almondega – porteiro; Antonio Simões de Freitas e João Rufino Esteves – sendo o carteiro oficial da secretaria. Ver quadros a seguir.

A – Empregados da secretaria do governo

²⁵ Parte referente as informações contendo sobre a administração pública – secretaria do governo.

²⁶ Estatísticas anexadas a fala sobre a navegação provincial.

MAPPA				N. 1.
dos empregados da secretaria do governo, com especificação de seus ordenados.				
NOMES DOS EMPREGADOS	VENCIMENTO ANNUO			TOTAL
	Ordenado	5. ^a Parte	Gratificação	
Official-maior chefe da 1. ^a secção Manoel Diniz Villas-bóas	1:000@000	200@000		1:200@000
Official archivista chefe da 2. ^a secção, José Pinto da Cruz	800@000		200@000	1:000@000
Official, José Alberto de Santa Anna.	800@000			800@000
Dito, Francisco Felino Peixoto de Carvalho	800@000			800@000
Dito, José Raymundo Costa Carvalho	800@000			800@000
Porteiro, Manoel José de Almondega.	500@000			500@000
Continuo, Antonio Simões de Freitas	450@000			450@000
Correio, João Rufino Esteves	300@000			300@800
	5:450@000	200@000	200@000	5:850@000

Secretaria do governo de Sergipe 21 de Junho de 1856.

O secretario interino—*Manoel Diniz Villas-bóas.*

FONTE: relatório do presidente da província Dr^o Salvador correia de Sá e Benevides. Mapa 1

B – População livre e escrava

MAPPA ESTATISTICO												N. 2.																			
da população livre e escrava do districto da subdelegacia da capital do Aracajú.																															
SUBDELEGACIA	QUARTEIROS	SEXOS		CONDIÇÕES		LIVRES						OBSERVAÇÕES																			
		HOMENS	MULHERES	LIVRES	ESCRAVOS	NACIONAES	ESTRANGEREOS	ADULTOS	MENORES	CASADOS	SOLTEIROS		TOTAL																		
CAPITAL DO ARACAJU	1.	307	314	543	78	540	3	312	191	201	342	621	<p>Nesta subdelegacia existem</p> <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%;">165 Agricultores</td> <td style="width: 50%;">7 Alfaiates</td> </tr> <tr> <td>45 Nauticos</td> <td>10 Pedreiros</td> </tr> <tr> <td>28 Carapinas</td> <td>2 Ferreiros</td> </tr> <tr> <td>8 Pescadores</td> <td>2 Oleiros</td> </tr> <tr> <td>16 Negociantes</td> <td>1 Boticario</td> </tr> <tr> <td>47 Empregados publicos</td> <td>1 Advogado</td> </tr> <tr> <td>2 Sacerdotes</td> <td>1 Proprietario d'engenho</td> </tr> <tr> <td>1 Medico</td> <td>1 Purgador</td> </tr> <tr> <td>2 Sapateiros</td> <td>1 Encadernador</td> </tr> </table> <p>N. B.—O inspector do 1.^o quartelão não incluiu na relação que deu muitos dos operarios que de presente trabalham nesta cidade, por declararem os mesmos que findos seus contractos tinham de regressar ás suas residencias.</p>	165 Agricultores	7 Alfaiates	45 Nauticos	10 Pedreiros	28 Carapinas	2 Ferreiros	8 Pescadores	2 Oleiros	16 Negociantes	1 Boticario	47 Empregados publicos	1 Advogado	2 Sacerdotes	1 Proprietario d'engenho	1 Medico	1 Purgador	2 Sapateiros	1 Encadernador
	165 Agricultores	7 Alfaiates																													
	45 Nauticos	10 Pedreiros																													
	28 Carapinas	2 Ferreiros																													
	8 Pescadores	2 Oleiros																													
	16 Negociantes	1 Boticario																													
	47 Empregados publicos	1 Advogado																													
2 Sacerdotes	1 Proprietario d'engenho																														
1 Medico	1 Purgador																														
2 Sapateiros	1 Encadernador																														
2.	89	81	95	75	95	—	63	32	40	55	170																				
3.	65	52	110	7	110	—	90	20	43	67	117																				
4.	63	78	120	21	120	—	63	57	18	102	141																				
5.	65	56	106	15	106	—	66	40	15	91	121																				
6.	95	113	118	90	117	1	73	45	40	78	208																				
7.	46	60	99	7	99	—	69	30	27	72	106																				
SOMMA	730	754	1191	293	1187	4	736	415	384	807	1484																				

Subdelegacia da capital do Aracajú 14 de Junho de 1856.

O subdelegado
Antonio Pedro Machado de Araujo.

FONTE: relatório do presidente da província Dr^o Salvador correia de Sá e Benevides.

A cidade de Aracaju após 1857, passou por um período de falta de orçamento público para prosseguimento dos melhoramentos necessários para a população, pois as despesas que o governo estava tendo eram maiores que o dinheiro arrecadado através das mesas de rendas da

província geral. Foi somente após a chegada do Imperador Dom Pedro II que a cidade recomeçou a se desenvolver novamente e tomou os contornos de cidade progressista. Será isso que veremos a seguir.

Em suma, as personalidades citadas ao longo deste capítulo e do anterior, são as que consideramos como as reais famílias fundadoras da nova capital, pois a contribuição que eles deram veio através dos seus trabalhos, não importando apenas aqueles que trabalhavam diretamente com o governo do período, mas também aquelas pessoas que trabalhavam como profissionais da indústria e do comércio, trabalhadoras como simples costureiras ou aqueles que trabalhavam calçando as ruas da cidade, os operários, os lavradores e agricultores e pessoas que trabalhavam ganhando um valor específico todos os meses.

4 1859/ 1860: ARACAJU RECEBE A VISITA ILUSTRE DAS SS. MM. E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

*“Aracaju toda em festa
Pulsando grita febril:
- Viva Dão Pedro Segundo
Imperador do Brasil...”*

*Diz a Lenda, mãe da História;
No desembarque real
Um papagaio enfeitado
Qual consumado orador,
Gritara ao povo espantado:
Viva Dão Pedro Segundo
Nosso grande imperador!...”*

*Correrias pelas ruas...
Foguetório pelo ar!...
A banda do “Rio Apa”
Dobrados a executar!...”*

*Sob o pátio, sob palmas
Também se vê, bem feliz
Dona Tereza Cristina
Nossa augusta Imperatriz!...”*

(Trecho retirado do poema O Baile do Imperador, de J. Freire Ribeiro)²⁷

O imperador D. Pedro II visitou a província Sergipana duas vezes, ao longo do seu reinado. A primeira foi uma breve visita no ano de 1859, quando Vossa Majestade navegou através do Rio São Cristóvão, acompanhado da Imperatriz Tereza Cristina e uma comitiva real com cerca de 17 barcos. Nesta primeira visita V. M. conheceu a Cachoeira de Paulo Afonso, e se demorou nas povoações ribeirinhas, tanto as de Sergipe quanto as de Alagoas.

²⁷ **João Freire Ribeiro** fez parte da Academia Sergipana de Letras, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Morreu aos 27 anos, no ano de 1975. IN: *Revista de Aracaju*, PMA. 31 dez. 1962, nº 7, ano XIX.

Esta notícia chegou ao conhecimento do então presidente da época Manuel da Cunha Galvão, por meio de uma carta particular de um amigo do presidente que, como Soutelo afirma, se dirigia de Salvador.

Ao ser informado disto, Dr. Cunha Galvão partiu no dia seguinte, às 5 horas da manhã, para o São Francisco, passando a agenciar as providências cabíveis para o recebimento do rei e convocando ao Palácio do Governo os chefes das principais repartições públicas, fazendo com que abrissem muitas delas, incluindo a Alfândega até tarde da noite. Neste primeiro encontro, além do Presidente da Província de Sergipe estar presente, ele levou uma pequena comitiva a bordo do vapor Valéria de Sinimbu – que pertencia a companhia baiana, no qual ele tomou uma espécie de carona –, seu secretário e um oficial da Secretaria, o Chefe de Polícia (algo como correspondente aos dias atuais sendo o Secretário da Segurança Pública), Ângelo da Silva Ramos (Capitão do Porto), José Moreira Guerra (comparte da companhia Fixa e do Corpo de Polícia da Província).

A última visita de Pedro II deu-se no ano de 1860 (cinco anos após a fundação), onde ancorou na tão conhecida Ponte do Imperador para os cidadãos aracajuanos (que se tornou símbolo da cidade no século XX). Construída especialmente para o desembarque do imperador, depois de conhecer melhor a cidade recém construída de Aracaju, este visitou as cidades de Laranjeiras, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros, Maruim, Estância e outros lugares com a sua comitiva real. Em ambas as visitas, o presidente provincial Manuel da Cunha Galvão recebeu pessoalmente as SS. MM. e opinou sobre o melhor curso de navegação para a Cachoeira de Paulo Afonso e, sendo assim, o Imperador seguiu o conselho dele: “podia ir de Salvador a Penedo, de Penedo a Própria, de Própria a Traipu, de Traipu a Piranhas (viajando embarcado) e de Piranhas a Paulo Afonso (a cavalo)”. Deste modo, a última etapa a imperatriz Teresa Cristina não acompanhou, pois como o professor Soutelo nos falou, ela não sabia montar a cavalo e por ter as pernas arqueadas, prejudicando a saúde da Imperatriz, Tereza Cristina, ficou em Salvador.

Outro ponto a se ponderar, como nos explica Fernando Soutelo, “é que essas viagens da monarquia em qualquer parte do mundo, não tem caráter privado e sim de cunho político, sendo cercado de atos e procedimentos protocolares” (2009, p. 9). Essas viagens faziam parte da concepção da imagem da monarquia, a população tinha em mente que quem estava ali presente não era a figura pessoal de Pedro de Alcântara ou simplesmente Pedro II do Brasil, mas sim o símbolo do Império. Na chegada às cidades e vilas que Vossa Majestade visitou, tinha alguns rituais como ser recebido pelas autoridades locais, entrega das chaves da cidade,

beijo ao Crucificado, ida à Igreja matriz sob o pátio, *Te Deum*²⁸, alocações, beija-mão entre outros.

Segundo relatos da época, a ponte para receber o imperador em Aracaju foi construída em frente à Praça do Palácio e em direção ao centro da dita praça com 220 palmos de comprimento e 16 de largura, composta de duas partes: uma de alvenaria com 65 palmos de comprimento e outra de madeira com 155 palmos, sendo as estacas de sustentação de beriba, por ser a madeira que por mais tempo se conserva na água salgada. As madres e barrotes eram de lei, de primeira qualidade e assoalho de pranchões de pinho; tinha um elegante parapeito pintado de verde e amarelo, o assoalho foi todo coberto por um tapete de baeta azul de 5 palmos de largura, terminando ao lado da escada. A escada era de 12 palmos de largura com degraus, também cobertos de baeta, que fora construído na extremidade da ponte para o serviço de SS. MM.

A pequena ponte construída pelo engenheiro civil Pedro Pereira de Andrada foi um benefício que a visita imperial trouxe, pois, o embarque e o desembarque nas conhecidas “praias do Aracaju” eram de certa forma impossível, se não só poderia ser realizado nas costas de homem. A quantia gasta na obra foi de um montante de 4.800\$163 réis²⁹ (lê-se: 4 contos e 800 mil e 163 réis), o equivalente ao valor de mais ou menos, R\$17.926 (o valor específico cairá numa dizima periódica infinita, como o réis sofreu muita desvalorização por conta dos diferentes planos econômicos que existiram no Brasil, não temos como saber o valor exato gasto em reais nos dias atuais), o desembarque do Imperador foi feito no dia 11 de janeiro de 1860, foram dias de muitas festividades na sociedade, o jornal Correio Sergipense, que era a gazeta oficial do período, narrou nas suas poucas páginas a cobertura completa do S. M. em solo aracajuano, nos dando assim um acervo riquíssimo para analisarmos

²⁸ O **Te Deum Laudamus** (Nós te louvamos, ó Deus) é um hino de origem antiga, que sempre se liga, na tradição católica, às cerimônias de agradecimento. Por isso é cantado na noite de 31 de dezembro, como forma de agradecer, em plena comunhão com a Igreja universal, o ano concluído. O texto do Te Deum é de autoria desconhecida. Certo, contudo, é que foi sendo formado aos poucos, sendo possível distinguir três partes distintas em seu texto. A primeira, é dirigida a Deus Pai; A segunda, ao Deus filho e a terceira parte é uma compilação de invocações e paráfrases que, segundo Daniel Saulnier, foram inspiradas no Livro dos Salmos. (Explicação disponível em: <https://corosantoamaro.wordpress.com/2012/11/07/te-deum-laudamus/>)

²⁹ Valor calculado baseado no livro **1808** de Laurentino Gomes, onde ele faz uma simples conversão de réis em Real. Segundo ele o valor aproximado é o seguinte:

1 Real (Réis) – R\$0,123

1 Mirréis (Mil Réis) – R\$123,00

1 Conto de Réis (Mil mirréis) – R\$ 123.000,00

900 Contos de Réis – R\$110.700.000,00

A fórmula aproximada para conversão em reais é: $= (x/1000^5) / 2750$ [Fórmula para MS-EXCEL, onde X é a quantia a ser convertida

Fonte: <http://diniznumismatica.blogspot.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html>

historicamente este evento tão importante para a história sergipana, pois o monarca visitar seus domínios é algo raro de acontecer.

Ao chegar em solo aracajuano, Suas Majestades foram recebidas com inúmeros discursos em sua honra, entre os pronunciados estavam nomes como Padre Agostinho Rodrigues Braga³⁰ e uma aluna da aula pública de primeiras letras da cidade do Aracaju chamada Constança Carolina de Souza. Entre esses discursos ocorreu, após cada final, a cerimônia de beija-mãos do Imperador, tanto na chegada quanto na despedida. A segunda visita do monarca foi realizada entre os dias 11 a 19 de janeiro de 1860, como sendo uma visita oficial.

No trecho do relatório que foi aberto a 1ª sessão da 13ª legislatura da assembleia provincial no dia 5 de março de 1860, sendo o presidente da província o Doutor Manuel da Cunha Galvão, comenta-se que

Nós vimos o zelo e interesse que ele tomou pela instrução pública a ponto de não deixar de examinar uma só escola de instrução, quer de meninos, quer de meninas; o vimos arguindo ele mesmo aos discípulos, animando-os e procurando inocular nos professores a dedicação e zelo pelo magistério.

Neste mesmo documento, Dr. Galvão fala que durante a visita, por ordem real, o imperador manifestou sua atenção na agricultura, porque era a principal fonte de riqueza do Estado. Houve a criação do Imperial Instituto Agrícola Sergipano no mesmo molde de funcionamento do Instituto Baiano (decreto de 1º de novembro de 1859), além disso, por conta da visita de SS. MM., houve melhoramentos na cidade, entre eles aterrou-se algumas ruas e fez-se esgotamento de pântanos, além de as ruas passarem a ser niveladas. Um exemplo que Dr. Manuel Galvão explana no documento supracitado, que foi resolvido pouco tempo faltando para a chegada do rei, era da Rua d'Aurora (atual Avenida Ivo do Prado, ou mais popularmente conhecida como Rua da Frente), esta rua tinha sérios problemas com alagamentos; devido a visita imperial, se fez necessário a construção de dois bueiros: 1º bueiro o encarregado da construção foi o arrematante José Valente de Queiroz, - sobre esta obra o historiador Sebrão Sobrinho afirma no seu livro **Laudas da História do Aracaju** que “esse bueiro interceptava a rua da Aurora, a mais importante de Aracaju [...] no inverno, quem queria passar, era obrigado a fazê-lo por uma pinguela” (2005, p. 208) - e a do 2º bueiro ficou a cargo de Joaquim Alves Guimarães.

³⁰ Presbítero secular do hábito de S. Pedro, membro do Conselho Literário de Instrução Pública, Cônego Honorário da Capela Imperial, Presidente da Câmara Municipal da Capital e Juiz de Paz. Informação retirada da Revista de Aracaju, p. 278. [Informações cedidas do acervo particular do Professor de História do Colégio Atheneu Sergipense, Wilembergue Rodrigues Oliveira]

Mas vamos voltar alguns meses e explicar sobre a primeira viagem do Imperador em outubro de 1859, neste mês ele viajou através do Rio São Francisco desde a sua foz até a cachoeira de Paulo Afonso (BA). Esta viagem rio acima fez parte das chamadas viagens pelas províncias do norte da Corte até a Paraíba, ocorrida entre os períodos dos meses de outubro de 1859 a fevereiro do ano seguinte. A ideia para que ocorresse essa excursão foi estimulada pela Princesa D. Francisca (Mana Chica, como era chamada pelo nosso augusto imperador) e pelo Visconde de Porto Seguro – Francisco Adolfo Varnhagen³¹ –, pois viam uma chance para apertar os laços que eram previstos para juntar os súditos do norte, principalmente os pernambucanos que estavam separados depois que ocorreu a Revolução Praieira (1848-1850).

Ao chegar na capital aracajuana, no dia 12 de janeiro, na sua segunda viagem a este território, a V. M. I. visitou lugares como, no período matutino: túmulo do Dr. Inácio Joaquim Barboza; a Alfândega; participou da aula de meninos – como observador – regido por João Maria da Trindade (tendo 70 matriculados); aula de História do Brasil nas Villas-Boas (havendo 15 matriculados); aula pública de meninos de Ignácio de Souza Valladão (com 86 matriculados); Tesouraria Geral; Corpo policial; repartição da Instrução pública provincial; e depois do almoço, segundo as anotações de próprio punho do monarca, visitou a topografia provincial (onde havia 7 compositores e mau prelo que dava 250 exemplares de 2 a 3 horas, onde o jornal Correio Sergipense era o seu trabalho principal) e viu as obras do hospital da cidade.

Os dias que a comitiva real passou na capital, ficou hospedado no palacete da Presidência da Província, localizado na esquina da Aurora (atual Barão do Rio Branco) com a praça do Palácio, em terreno adquirido a Vicente Ferreira dos Santos, mediante contrato com o tenente-coronel Antônio Carneiro de Menezes. Referente ao aspecto do prédio, Soutelo descreveu como

³¹**Francisco Adolfo de Varnhagen** (São João de Ipanema, atual Iperó, 17 de fevereiro de 1816 — Viena, 26 de junho de 1878) foi um militar, diplomata e historiador brasileiro. Filho da portuguesa Maria Flávia de Sá Magalhães e de Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen, um engenheiro militar alemão contratado pela Coroa para construir os altos fornos da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, na região de Sorocaba, na então Capitania de São Paulo, estudou no Real Colégio Militar da Luz, em Lisboa, e iniciou a carreira militar à época das Guerras Liberais, como voluntário nas tropas de D. Pedro IV de Portugal que lutavam contra D. Miguel I de Portugal. Escreveu *Notícia do Brasil*, seu primeiro trabalho de história, entre 1835 e 1838. Foi admitido como sócio correspondente na Academia de Ciências de Lisboa. Formou-se como engenheiro militar em 1839, na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho. Retornou ao Brasil em 1840, entrando para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1841, exercendo o cargo de primeiro-secretário. Em 1844 obteve a nacionalidade brasileira, podendo ser admitido na carreira diplomática. Serviu na legação de Lisboa e na de Madrid, obtendo reconhecimento como historiador com a publicação da *História Geral do Brasil* em dois volumes (1854-1857).

Contava apenas dois quartos, duas salas de frente, um gabinete, uma sala de jantar, dispensa e cozinha. Sob a orientação do Engenheiro Francisco Pereira da Silva, a ele foram acrescentados dois quartos e uma galeria, as suas internas reformadas e o prédio pintado de amarelo com as portas e janelas de branco. No oitão colocaram um mastro no qual, durante a visita, tremulou a bandeira Imperial (2008, p. 13)

Seguindo o cronograma e observando as notas do monarca pelo seu diário de viagem, no dia subsequente (13), no período da manhã V. M. foi ao Quartel e hospital militares, percorreu pelas ruas da Jabutiana, caminho de São Cristóvão e dos músicos. Além disso foi a Tesouraria e mesa de rendas provinciais, e verificou o andamento das obras da cadeia. Continuando no período vespertino, ocorreu uma espécie de apresentação de danças dos índios na Barra dos Coqueiros e à noite, no horário das 21h40min ocorreu o baile em homenagem a ele.

As viagens imperiais tinham um cunho político, pois, segundo Fernando Soutelo, nos seus artigos sobre essas visitas reais, eram durante elas que “o reforço das ligações entre o monarca e a sociedade local”, e eram por meio destas que “dá-se também a concessão de títulos nobiliárquicos, condecorações e outras honrarias” (2009, p. 09). Sabendo dessas informações, e lembrando que o rei veio a nossa cidade por duas vezes, a província de Sergipe ganhou no ano de 1860: a população ganhou, por meio das condecorações reais, um total de 3 barões – Itaporanga (Domingos Dias Coelho e Melo), Propriá (José da Trindade Prado) e Japarutuba (Gonçalo de Faro Rollemberg); 36 comendadores (sendo 30 da Ordem da Rosa³² e 6 da Ordem de Cristo³³); 30 oficiais e 43 Cavaleiros (contemplados por meio da Ordem da

³² Criado em 1829, para perpetuar a memória do matrimônio de D. Pedro I com D. Amélia de Leuchtenberg e Eischstaedt. Alguns historiadores dizem que foi um trabalho realizado por Jean Baptiste Debret, já outros afirmam que foi de Eugène de la Michellerie e Pezerat, a inspiração foi das rosas que ornavam o vestido de D. Amélia em um retrato enviado da Europa ou com o qual teria desembarcado no Rio de Janeiro. Esta Ordem servia para premiar militares e civis (nacionais e estrangeiros), que se distinguissem por sua fidelidade à pessoa do imperador e por serviços prestados ao Estado, e comportavam um número maior de graus superior às outras ordens brasileiras e portuguesas até então existente. Os graus eram: Cavaleiro, Oficial, Comendador, Dignitário, Grande Dignitário e Grão Cruz (sendo este último utilizados somente pelos nossos dois imperadores e o Duque de Caxias) e a sua legenda é: AMOR E FIDELIDADE. (Grifo Nosso)

³³ Datada do século XIV – mais precisamente do dia 14 de março de 1319 – por meio da bula pontifícia do Papa João XXII, como sendo uma continuidade da Ordem dos Cavaleiros Templários, originalmente era uma ordem religiosa e militar, foi a organização desta que incentivou a navegação e a expansão do Império Português, e os seus vastos recursos custearam as despesas desses empreendimentos. As terras conquistadas eram asseguradas pelo domínio espiritual cristão, enquanto seu domínio temporal era do monarca. Com o tempo, esta Ordem passou a ter as características que hoje existem. A Ordem é utilizada para premiar cidadãos nacionais e estrangeiros que tenham prestado relevantes serviços à pátria e à humanidade. (Grifo Nosso)

Rosa); e por fim 2 Cônegos Honorários da Capela Imperial, sendo que um deles foi Antônio José de Melo³⁴.

A partida da esquadilha imperial³⁵, no ano de 1859, se deu a 1º de outubro sob despedidas calorosas e desejo de que SS. MM. fizessem uma boa viagem por parte dos habitantes do Rio de Janeiro. A primeira parada foi no dia 6 do mês em questão chegando à cidade de Salvador, sendo deixado aos 11 dias do mesmo para fazer uma visita a cachoeira de Paulo Afonso e alguns lugares alagoanos e sergipanos do Baixo São Francisco (cidades como Propriá, Vila Nova [atualmente Neópolis] e Curral de Pedras [atualmente Gararu], além da ilha de São Pedro [atual município de Porto da Folha, aonde vive a comunidade dos índios remanescentes da tribo Xokó]), retornando ao Rio de Janeiro no dia 26 de outubro de 1859, não se demorando muito por lá. Como Soutelo resume,

logo saindo para um giro pelo Recôncavo e outras cidades da Bahia, até 18 de novembro. A 19, seguiam Dom Pedro II e D. Teresa Cristina para Pernambuco, indo em visita, entre 24 e 30 de dezembro, à Paraíba de onde partiram para Maceió. A visita a Alagoas se prolongaria até 10 de janeiro de 1860. A 11, estavam os monarcas em Aracaju, desembarcando na ponte que, mais tarde, chamariam “ponte do Imperador (2009, p. 13).

Nesta viagem, a permanência imperial em Sergipe durou até dia 20 de janeiro de 1860, no período que o soberano passou na província ele visitou não somente a capital Aracaju, como a Barra dos Coqueiros, São Cristóvão, Maruim, Japaratuba, Laranjeiras, Itaporanga d’Ajuda (de passagem conheceu o engenho Escurial, de Antonio Dias Coelho Mello) e Estância. Nessa última viagem, V.M.I visitou algumas aulas de meninos, de latim, aulas de meninas, Igrejas, Convento, engenhos, entre outros, inclusive repartições públicas e conversou com algumas autoridades dos locais que os visitou. Quando o soberano passou por essas bandas, Aracaju era um canteiro de obras gigantescos, já tinham um certo progresso na cidade-criança, mais só veio se desenvolver mesmo, após a visita do imperador.

A prova disto é que no relatório provincial do ano de 1860, consta obras como o melhoramento da Barra da Capital, construção de cemitérios e a obra do Hospital de Caridade

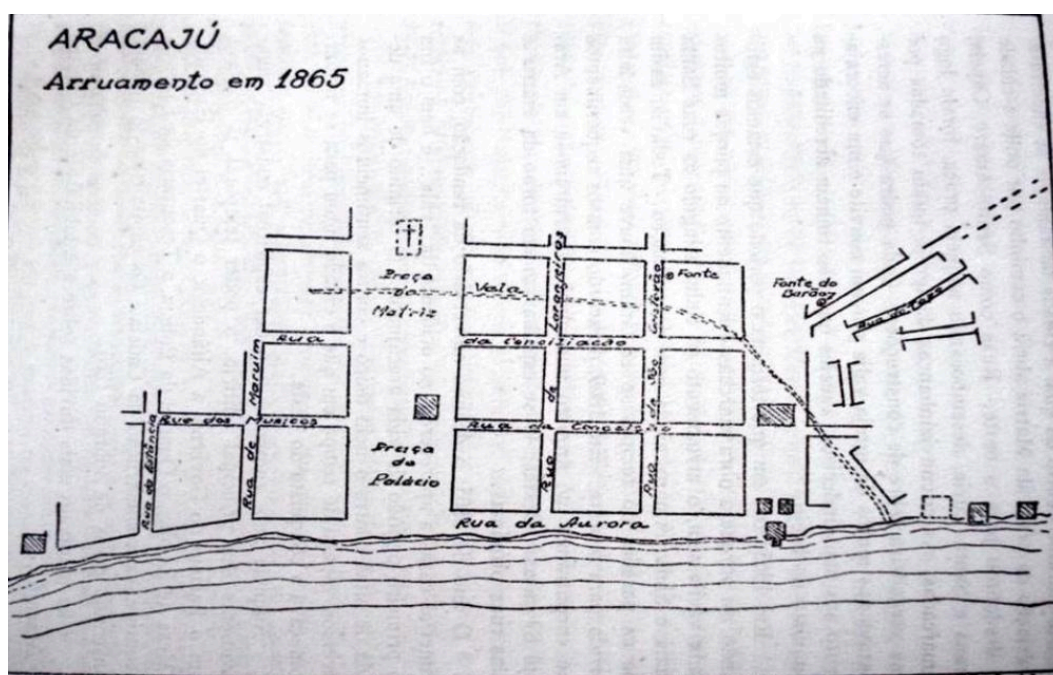
³⁴ Nota feita no livro **Viagens pelo Brasil: Bahia, Sergipe e Alagoas – 1859** organizado por Lourenço Luiz Lacombe, mais conhecido como sendo o Diário de bordo do Imperador, mas que na verdade, são apenas notas rápidas para um futuro aproveitamento. Segundo consta na p. 40, Antônio Melo nasceu em Sergipe e faleceu no Rio de Janeiro em 1885. Era cônego da catedral do Rio de Janeiro. Monsenhor em 1864. Ecônomo da Mitra por morte do conde de Irajá (Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araújo). Em 1861 foi vigário geral interino. Designado por D. Pedro II para capelão da viagem, segundo ofício do mordomo Paulo Barbosa a ele dirigido, em 2 de setembro de 1859 (Livros da mordomia, op. Cit., p. 19, v. 43, p. 124). **IN: Viagens pelo Brasil: Bahia, Sergipe e Alagoas – 1859, p. 40, 2003.**

³⁵ Formavam a esquadilha os vapores *Apa* e *Amazonas*, a corveta *Paraense* e a canhoneira *Belmonte*, sob o comando do vice-almirante Joaquim Marques Lisboa, futuro Barão de Tamandaré. **IN: retirada da nota de rodapé do artigo intitulado Dom Pedro II no Baixo São Francisco (outubro de 1859), de L. F. R. Soutelo.**

de Aracaju. Sobre as fábricas existentes neste período, tínhamos a Companhia de Refinação e Destilação, alguns alambiques e a Associação Sergipense. Em um resumo breve, o historiador Sebrão Sobrinho, no seu livro **Laudas da História do Aracaju**, nos informa que ao ano de 1862, a Câmara Municipal pediu ao até então presidente da província, Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, “o aterro e nivelamento das ruas e praças e os concertos na vala de esgoto que passava junto ao Quartel de linha [...] bem como o calçamento das ruas.” (2005, p. 208-209).

Dando prosseguimento, em 1863 foi a vez do engenheiro Pedro Pereira de Andrade construir um cais à margem do rio, em frente à praça do Palácio. Em 1865, José Agostinho do Nascimento contratou o aterro da rua da Aurora [atual Av. Ivo do Prado], depois foi contratado por José Pinto da Cruz que mandou deitar uma camada de saibro sobre o aterro de areia que José Agostinho mandou colocar, finalizando o aterro da rua da Aurora em fevereiro de 1866.

11)



FONTE: A História de Sergipe através da cartografia. Observatório de Sergipe: Governo do Estado. Fevereiro, 2015. Pág. 37.

Em 1867, a Ponte do Imperador estava arruinada e o presidente Dr. José Pereira da Silva Moraes mandou reconstruí-la “era feita de madeira e, por isso, o presidente que ela fosse senão toda de ferro, ao menos sobre pilares de pedra e cal com vigame e lastro de ferro” (Sobrinho apud Medina, 2005, p. 34). Já nas décadas de 1868 a 1870, ocorreu o princípio do

aterro da Praça do Palácio, sob a inspeção do engenheiro Pereira de Andrade; a continuação da obra do cais em frente à rua da Aurora até o Quartel de Polícia (lado sul ao norte) até o lado de cima da Alfândega, até o trapiche da Companhia Baiana (atualmente, esse trapiche fica perto do terminal do centro, próximo ao mercado Albano Franco).

Além das obras públicas aqui destacadas, em relatório do dia 02 de junho de 1856 o presidente Sá e Benevides afirmou ser de urgente necessidade colocar lâmpadas para fazer a iluminação pública, porém na década de 1860, a iluminação começou a sumir diante da crise financeira que a cidade estava passando, e voltou a existir em 1868. A 1869 quem estava governando Aracaju era Evaristo da Veiga, durante este governo, houve aberturas de escolas particulares, intenso estímulo das matrículas no ensino público primário e secundário, além da instalação da Companhia de Aprendizes de Marinheiros.

Dos anos de 1855 a 1870, foram presidentes de Sergipe: Salvador Correia de Sá e Benevides (empossado em fevereiro de 1856), João de Avelar Brotero (Agosto de 1857), Manuel da Cunha Galvão (março de 1859), Thomaz Alves júnior (Agosto de 1860), Joaquim Jacintho de Mendonça (Junho de 1861), Alexandre Rodrigues da Silva Chaves (julho de 1863), Cincinato Pinto da Silva (junho de 1864), José Pereira Silva Moraes (fevereiro de 1866), Antonio Araújo Aragão Bulcão (outubro de 1867), Evaristo Ferreira da Veiga (novembro de 1868) e por fim, Francisco José Cardoso Júnior (dezembro de 1869).

Para finalizamos esta explanação, desde o governo de Thomaz Alves a Cardoso Júnior, o tempo dos governantes no poder foram breves e sem muitos feitos que careceriam de uma atenção mais especial. O maior feito do governo de Evaristo da Veiga, por exemplo, foi por conta do seu interesse em construir um teatro, que acabou não dando certo, e achou que a planta da Assembleia Provincial não correspondia, desejou um edifício mais amplo para esta, que não se conformou com a nova planta e obteve a rescisão do contrato.

Em dezembro de 1864, iniciou-se a Guerra do Paraguai onde foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (composta pelo Brasil, Argentina e Uruguai), por causa desse evento Sergipe já tinha enviado um efetivo de 2.637 homens e mais 44 homens partiram para o campo de batalha, somando 2.681 homens que estavam fora da província durante o governo referente a Cincinato da Silva. Por conta desse fato, houve um sacrifício para a lavoura e para as continuações das obras necessárias para um maior desenvolvimento. Até a década de 1870, a população de Aracaju era de cerca de 8.000 habitantes, e desde do governo do presidente Galvão a província vinha se valendo de inúmeros empréstimos, essas transações se realizavam

em Salvador pelo Banco da Bahia. Desse modo, o prodigioso desenvolvimento da nova cidade, sendo a sede da Província Sergipana, decaiu devido a Guerra do Paraguai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstramos ao longo desta pesquisa, apesar de termos uma quantidade razoável de fontes escritas e trabalhadas sobre a Historiografia Sergipana, a grande maioria delas estão restritas ao meio acadêmico, referente a historiografia do território sergipano, mais precisamente sobre a questão da mudança da capital, tais meios, apesar de aprofundarem e amplificarem o debate, não solucionou algumas questões, permanecendo algumas dúvidas nunca antes tratadas. Por este motivo, que fizemos esta pesquisa, pois as personagens mais populares, que não tem sido estudado colocando em evidência numa perspectiva social, estão sendo deixadas de lado em prol de só visarem a elite e o seu poder.

A questão das famílias fundadoras deve-se ao fato de que, como a cidade do Aracaju começou inicialmente sendo território indígena e após determinado tempo virou uma colônia de pescadores, e por não se ter registros suficientes sobre estas pessoas, optamos por trabalhar com os ‘servidores públicos’, os funcionários liberais e famílias advindas do poder econômico e político que obtiveram através dos baronatos imperiais. Os anos iniciais, como afirmamos a princípio, representaram um período de fixação das populações na região, em decorrência do surgimento da construção da Cidade do Aracaju, a partir de 1855 e do desenvolvimento de atividades econômicas e administrativas, como a transferência de alguns prédios públicos e o comércio do açúcar na Barra do Cotinguiba, até o ano de 1870, pois a cidade começou a se desenvolver com mais força após a visita do Imperador Dom Pedro II.

Aracaju antes disso estava mais para um vilarejo do que para sede da província, mas, após Inácio Joaquim Barbosa idealizar a transferência, Aracaju começou a tomar o perfil que hoje conhecemos, de uma intensa cidade comercial. Dessa forma, colocamos em evidência as pessoas de origem mais humildes – o popular, uma história voltada não somente composta pelas famílias com mais poder aquisitivo como também as famílias de origens menos abastadas, fazendo assim com que observamos que a formação histórica de Aracaju não seja esquecida de alguma forma, evidenciando principalmente a minoria. Além disto, colocamos em evidência algumas mulheres que foram as pioneiras, como professoras da província, e que contribuíram de forma tímida para a formação intelectual da população. Resgatamos personalidades que trabalharam diretamente com o governo do espaço temporal aqui proposto, formando desse modo desde da classe elitista até a divisão dos mais pobres, sem muito poder aquisitivo.

Por fim, podemos entender, de modo geral, como Aracaju se desenvolveu após a visita de suas majestades imperiais, nos seus primeiros 15 anos de fundação. Por meio da análise de algumas obras da historiografia sergipana, podemos saber um pouco mais a respeito de como se deu o desenvolvimento de Aracaju, quem foram as personalidades que contribuíram para a cidade ter crescido e moldado o jeito que vivemos nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

MANUSCRITOS

- Livro dos registros de batismos da Igreja de Nossa Senhora da Vitória (São Cristóvão) 1855.
- Livro dos registros de batismos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Aracaju) 1964.
- Livro dos registros matrimoniais da Igreja de Nossa Senhora da Vitória (São Cristóvão) - 1853.
- Livro dos registros matrimoniais da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Aracaju).
- Livro dos registros de batismos da Igreja São Salvador de Aracaju - 1864.

LIVROS

AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo do. **Inferiorizando mulheres no período imperial brasileiro: A influência do direito.** Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300298141_ARQUIVO_ArtigoparaANP_UH-IsabelaGuimaraes.pdf acessado em: 06 Nov. 2017

ARAÚJO, Ricardo Teles. **Genealogia Sergipana V. 1.** Aracaju: Tipografia Editorial, 2010.

CARDOSO, Amâncio. **Nos passos do imperador: D. Pedro II em Aracaju, 1860.** *Jornal da Cidade.* Aracaju, caderno C, p. 1. 13-14. jan. 2008.

CASTELEINS, Vera Lúcia. **Mulheres – sociedade colonial, época do império e nos dias atuais.** PUCPR. Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/1377897/mulheres---sociedade-colonial-%C3%A9poca-do-imp%C3%A9rio-e-nos> acessado 06 Nov. 2017 às 17:43

D'INCAO, Maria Ângela. *Mulher e família burguesa.* IN: **História das Mulheres no Brasil.** Org.: Mary Del Priore; Carla Bassanezi Pinsky (coord. De textos). 10º ed., 5º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017. 223 – 240 Pp.

FONSECA, Cláudia. *Ser mulher, mãe e pobre.* IN: **História das Mulheres no Brasil.** Org.: Mary Del Priore; Carla Bassanezi Pinsky (coord. De textos). 10º ed., 5º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017. 510-553 pp.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; ARAGÃO, Milena Cristina. **As aulas de leitura e escrita em Sergipe para meninas, na passagem do século XIX e XX.** *Revista Linhas.* Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 85 – 103, jan. /abr. 2015.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe: (1575-1855)**. 3.ed. Aracaju: IHGSE, 2013. São Cristóvão, SE: UFS, 521 p. (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe; 1).

_____. **História territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe: Secretaria de Estado da Cultura, 1995. 117 p.

GALVÃO, Manuel da Cunha. **Viagem Imperial à Província de Sergipe ou narração dos preparativos, festejos e felicitações que tiveram lugar por ocasião da visita que fizeram à mesma província suas majestades imperiais em janeiro de 1860**. Imp. Tipographia do Diário, Bahia, 1860.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário biobibliográfico sergipano**. 519 p.

LACOMBE, Lourenço Luiz. **Dom Pedro II: Viagens pelo Brasil – Bahia, Sergipe e Alagoas -1859**. Ed. Bom Tempo, 2003, 1ª ed.

LEANDRO, H. W. & SANTOS, D. W. S. dos. **‘Grandes Famílias’ e estruturação do espaço do poder em Sergipe: Grupos Familiares e Dinâmicas do poder**. Scientia plena 6, 2010.

MEDINA, Ana Maria Fonseca. **Ponte do Imperador**. 2ª edição. Aracaju/SE: Gráfica J. Andrade, 2005. 176 pp.

MOTT, Luiz R. B. **Sergipe Del Rey – População, Economia e Sociedade**. Aracaju, Fundesc, 1986. (Coleção Jackson da Silva Lima)

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana; Salvador: Arcádia, 2002.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Provincial II (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Aracaju, SE: Banco do Estado de Sergipe, 2006. 362 p.

OLIVA, Terezinha Alves de. **Aracaju na História de Sergipe** IN: Revista de Aracaju nº 09, Aracaju/FUNCAJU. Prefeitura Municipal de Aracaju, 2002.

OLIVEIRA, Ana Carla Menezes. **A Evolução da Mulher no Brasil do período da Colônia a República**. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. IFS: SE, 2012. Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_02/PDF/103.pdf acessado 06 nov. 2017 às 18h30min

RESENDE, Deborah Kopke. **Maternidade: uma construção histórica e social**. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/download/15251/11732> acessado em 24 abr. 2018 às 16h00min

RIBEIRO, J. Freire. **O baile do Imperador**. *Revista de Aracaju*, PMA – 31 dez. 1962, nº 07, ano XIX.

SANTANA, Anderson Santos de. **'Fontes para a história da transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju: Correio Sergipense'** março - setembro de 1855. São Cristóvão,

SE, 2007. 76 f. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2007.

SANTOS, Bruna Morrana dos. **Riqueza e Sociedade na Comarca de Aracaju**: um estudo sobre a dinâmica familiar da primeira elite de Aracaju (1855-1889). São Cristóvão, SE. [Dissertação] Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus & SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas. **Sabatinas aos súditos**: os professores de Sergipe Oitocentista no Diário de Dom Pedro II (1859).

SILVA, José Calazans Brandão Da. **Aracaju e outros temas sergipanos**. São Cristóvão, SE: UFS, 2013. Aracaju, SE: IHGSE, 189 p. (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe, 14).

SOBRINHO, Sebrão. **Laudas da História do Aracaju**. Aracaju, SE: Prefeitura Municipal, s.d., 545 p.

SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano* IN: **História das Mulheres no Brasil**. Org.: Mary Del Priore; Carla Bassanezi Pinsky (coord. De textos). 10º ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017. 362-400 pp.

SOUTELO, L.F.R. **Dom Pedro II no Baixo São Francisco (Sesquicentenário de uma visita – I)**. *Jornal da Cidade*. Aracaju, Ano XXXVIII. Caderno B, p. 9. 25 e 26 out. 2009.

_____. **Dom Pedro II no Baixo São Francisco (considerações em torno de uma viagem – outubro de 1859)**. Disponível em: <http://clientes.infonet.com.br/serigysite/includes/serigysite/240/Opara.doc> acessado em 15 ago. 2018 às 15:30

PINA, Maria Lígia Madureira. *Capítulo X - A Mulher em Sergipe* IN: **A Mulher na História**. 404 p.

WYNE, J. Pires. **História de Sergipe 1575 – 1930**. Editora Pongetti: Rio de Janeiro. 470 pp.

JORNAIS

-CORREIO SERGIPENSE

DOCUMENTOS OFICIAIS

Livro de Registros de batismos referente à Aracaju. “Brasil, Sergipe, Registros da Igreja Católica, 1785- 1994”, *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-L99T-N98V-M?wc=M5NJ-K66%3A371845401%2C371845002%2C371845403&cc=2177298>

Livro de Registros de matrimônio referente à Igreja São Salvador de Aracajú. Brasil, Sergipe, Registros da Igreja Católica, 1860-1865”, *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-L99T-J9C8-W?wc=M5NJ-GPT%3A371845401%2C372376401%2C372376402&cc=2177298>

- RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVINCIA APRESENTADO A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE SERGIPE (ABERTURA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA) PELO PRESIDENTE DRº JOSÉ ANTONIO DE OLIVEIRA SILVA (10 DE JULHO DE 1853).

- RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVINCIA DRº OLIVEIRA SILVA PASSANDO A ADMINISTRAÇÃO A DRº LUIZ ANTONIO PEREIRA FRANCO (14 DE JULHO DE 1853).

- RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVINCIA LUIZ ANTONIO PEREIRA FRANCO PASSANDO A ADMINISTRAÇÃO A DRº IGNÁCIO JOAQUIM BARBOSA (22 DE NOVEMBRO DE 1853).

- RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DRº SALVADOR CORREIA DE SÁ E BENEVIDES COM QUE FOI ABERTA A 2ª SESSÃO DA UNDECIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DE SERGIPE (1º DE FEVEREIRO DE 1857).

- RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DRº MANOEL DA CUNHA GALVÃO PASSANDO A ADMINISTRAÇÃO AO DRº THOMAZ ALVES JUNIOR (15 DE AGOSTO DE 1860).

- RELATÓRIO DE ABERTURA DA 1ª SESSÃO DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DE SERGIPE APRESENTADO PELO TENENTE-CORONEL FRANCISCO JOSÉ CARDOSO JUNIOR (04 DE MARÇO DE 1870).